



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

**CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE LETRAS**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - BACHARELADO

**A LÚMPEN-BURGUESIA NACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O
LÚMPEN-DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

ANA MARIA CARVALHO RUMBELSPERGER

**RIO DE JANEIRO
JUNHO DE 2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

**CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE LETRAS**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – BACHARELADO

**A LÚMPEN-BURGUESIA NACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O
LÚMPEN-DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

MANOEL RICARDO DE LIMA NETO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora como um
dos requisitos para obtenção do Grau de
Bacharel em Letras, realizado sob orientação
do Professor Doutor Manoel Ricardo de Lima

RIO DE JANEIRO

JULHO DE 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

**CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE LETRAS**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – BACHARELADO

**A LÚMPEN-BURGUESIA NACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O
LÚMPEN-DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

Por

Ana Maria Carvalho Rumbelsperger

Trabalho de Conclusão de Curso

BANCA EXAMINADORA

(Prof. Dr^a Lúcia Ricotta Vilela Pinto)

RIO DE JANEIRO

JULHO DE 2023

Dedico esse trabalho ao meu filho, Luiz Carlos Rumbelsperger Viana, que me auxiliou durante o curso e me incentivou a terminá-lo.

Agradeço à Universidade Unirio e a todo seu corpo docente, assim como ao meu orientador e ao corpo discente, que no período de pandemia se uniu para o melhor desfecho possível.

RESUMO

A partir da revisão bibliográfica, foi realizada uma sucinta historiografia do povo português, do descobrimento do Brasil, da colonização, do império e da república, levando-se em consideração a classe dominante que veio formar a nossa burguesia.

Partindo dos conceitos marxistas sobre burguesia e lumpesinato, chegamos ao termo lumpen-burguesia, cunhado por Ernest Mandel e utilizado posteriormente por Andre Gunger Frank, para designar a burguesia latino-americana e mais, especificamente, a brasileira. Esta burguesia não tem interesse pelo país ou pelo seu povo, utilizando-se de latifúndios, com exploração para exportação; pagando poucos impostos e recebendo subsídios Estatais, empregando com baixos salários ou mesmo com escravização ou trabalho análogo a escravidão, dependendo da época, e se submetendo ao imperialismo de cada período. O seu único objetivo é enriquecer através do empobrecimento da população, o que aumenta a desigualdade social e a violência. Utiliza-se para isso, das forças armadas, do poder judiciário e da mídia.

Foi realizada uma interlocução com a literatura, ao analisar sociologicamente o comportamento de Leocádio, personagem do livro, *Amar-te a ti nem sei se com carícias*, um perfeito representante dessa classe dominante.

Palavras Chaves: Lúmpen - Burguesia – Lúmpen - Desenvolvimento – Literatura

ABSTRACT

Based on a bibliographic review, a brief historiography of the Portuguese people, the discovery of Brazil, colonization, the empire and the republic was carried out, taking into account the ruling class that came to form our bourgeoisie.

Starting from Marxist concepts about bourgeoisie and lumpesinate, we arrive at the term lumpen-bourgeoisie, coined by Ernest Mandel and later used by Andre Gunger Frank, to designate the Latin American bourgeoisie and more specifically, the Brazilian one. This bourgeoisie has no interest in the country or its people; using large estates, with exploitation for export; paying few taxes and receiving State subsidies; employing with low wages or even with enslavement or work similar to slavery, depending on the season; and submitting to the imperialism of each period. Its only objective is to enrich itself at the expense of impoverishing the population, which increases social inequality and violence. It uses the armed forces, the judiciary and the media for this.

An interlocution with the literature was carried out, by sociologically analyzing the behavior of Leocádio, a character in the book *Amar-te a ti nem sei se com carícias*, a perfect representative of this dominant class.

Keywords: Lumpen-Bourgeoisie – Lunpen-Development – Literature

ABREVIATURAS E SIGLAS:

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, p.25
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra Seca, p.25
IELA	Instituto de Estudos Latino-Americanos, p.39
FMI	Fundo Monetário Internacional, p.40
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, p.40
PIB	Produto Interno Bruto, p.42
MST	Movimento Sem Terra, p.42
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro, p.45
SUS	Sistema Único de Saúde, p.45
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, p. 45

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Diagrama, losango do Ribeiro, da estratificação da sociedade brasileira, por renda. p. 27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. O QUE DIZ NOSSA LITERATURA	11
3. A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	
3.1. O português.....	15
3.2 A colonização portuguesa.....	18
3.3 A formação do brasileiro.....	23
4. A CLASSE DOMINANTE BRASILEIRA E O MUNDO	30
5. O CAPITALISMO BRASILEIRO.....	36
6. CONCLUSÃO.....	43
7. REFERÊNCIAS	46

1 - INTRODUÇÃO:

Este trabalho surge do meu interesse em conhecer mais sobre o Brasil e de entender os motivos que nos levam ao subdesenvolvimento. Na minha infância ouvia muitos chistes sobre nossa formação, que a origem branco-portuguesa, indígena primitiva e preta-africana, teria formado um povo inferior, preguiçoso e desonesto. Lembro-me de uma piada sobre nosso clima maravilhoso, a terra que tudo dá, nossas praias e montanhas, a falta de eventos sísmicos ou erupções vulcânicas, mas que Deus para compensar colocou aqui esse “povinho”. Insatisfeita com que o vejo e ouço há longa data e crendo que nosso povo é extremamente trabalhador, capaz de lutar com grande afinco para a melhoria de sua casa, seu bairro e de sua vida, passando por todas as adversidades e conseguindo sorrir, cantar e dançar, não poderiam ser os culpados dos infortúnios do país. Existem, sim, culpados, mas estes não estão na base de nossa pirâmide social.

Iniciei lendo *A elite do atraso*, e depois passei pelos clássicos sobre a nossa formação, e sobre a influência desta no Brasil atual. Até que cheguei ao termo lumpen-burguesia, que ouvi em uma entrevista com o economista Paulo Nogueira Batista Júnior. Termo relativamente novo, surgido na década de 50, do século passado, dado, justamente, por um estudioso estrangeiro, referindo-se a classe dominante do continente Latino Americano, que acreditava ter características parecidas entre eles. Desta forma, esse trabalho tem o objetivo de entender como essa classe foi formada, quais são seus objetivos para o país, para o povo e como se entendem como brasileiros. Seria, realmente, um lumpesinato burguês?

Com base nessa visão, de um lumpesinato burguês, qual teria sido sua influência sobre nossa formação cultural e o que a literatura interfere ao expor ou não, essa mazela? Afinal, durante os 523 anos de Brasil, o que foi mais duradouro e característico da sua classe dirigente “exógena e infiel a seu povo” [...] “só ela, [...] permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia” (Ribeiro, 2014, p. 56), sendo compassiva entre si, mas determinada na destruição das matas, animais, relevos e sua gente, com o único objetivo de lucrar, indiferentes à ventura do país e de sua população, nascida da mestiçagem.

Então, o subtítulo deste trabalho poderia ser semelhante à interrogação que fez Darcy Ribeiro ao começar a escrever *O povo brasileiro*: “por que o Brasil ainda não deu certo?” (Ribeiro, 2014, p. 5). “Aqui; não havendo burguesias progressistas disputando com aristocracias feudais, nem proletariados unidos por irresistíveis propensões revolucionárias, mas havendo lutas de classe, existiriam blocos antagonistas embuçados a identificar e caracterizar”. (Ribeiro, 2014, p. 9)

Para começarmos a entender do que estamos falando, é necessário conceituar alguns termos, como: proletariado, burguesia e lumpesinato. Surgem no mundo moderno, dos destroços da sociedade feudal, duas novas classes sociais, que permaneceram antagônicas entre si: a burguesia, *Bourgeoisie*, que nasceu a partir dos servos da Idade Média que viviam nos burgos, e o proletariado, *Pfahlbürger*, os novos trabalhadores assalariados. (Engels, Marx, 2000, p.66-67)

Com a colonização das Américas, África e Ásia, houve o aumento do comércio, das navegações e da indústria, das comunicações por terra com ferrovias e rodovias, surgindo à possibilidade do desenvolvimento desta burguesia, inicialmente incipiente. A necessidade de outros mercados para seus produtos impele-a para todo o planeta. Ela não pode existir sem revolucionar todos os instrumentos de produção, as relações de produção e as sociais. Deste modo, destruiu todos os vínculos feudais e patriarcais e não deixou que existisse outra vinculação que não fosse o “pagamento em dinheiro”. Os burgueses se tornaram os capitalistas modernos, que possuíam os meios de produção social e empregam os trabalhadores através de pagamento pecuniário. Metamorfoseou todos os trabalhadores em assalariados, desde os trabalhadores braçais, mas, também, o médico, o professor, o jurista, o poeta, o cientista, todos se transformaram nos novos proletários. Todos os que não possuíssem os meios próprios de produção eram forçados a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Muito antes dos castelos feudais serem destruídos pelos novos canhões, eles já estavam minados pelo dinheiro; na verdade, a pólvora era, por assim dizer, apenas o oficial de justiça a serviço do dinheiro. O dinheiro era a grande máquina de nivelamento político dos cidadãos. Sempre que uma relação pessoal era substituída por uma relação monetária, pagamento em produtos por um pagamento em dinheiro, uma relação burguesa substituída a feudal. (Engels, 2021, p.290)

O termo lúmpen foi outra designação utilizada para uma parte miserável da população, que se encontrava à margem da sociedade e que em alemão significa andrajo, trapo. Marx e Engels utilizaram essa palavra para falar sobre a “escória social” ou “classe perigosa”, por se tratar de trabalhadores ocasionais, desempregados, pessoas incapacitadas para o labor, vagabundos, criminosos, etc. Era o lúmpen-proletariado.

O trabalho em questão tentará focar na lúmpen-burguesia brasileira, em suas diversas épocas, desde a colonização. Porém, como existe necessidade de comparação com outras classes sociais ou designações humanas, para que bem possa ser compreendida, passarei, sem aprofundamento sobre temas como a escravidão, a proletarização ou a precarização da população.

Começaremos com o enfoque na nossa literatura, utilizando o personagem literário Leocádio Prata, do romance de Wilson Bueno, como símbolo da burguesia degradada brasileira, para em seguida passarmos as outras ciências, sem resenharmos nenhum dos livros adotados, apenas retirando deles fatos que contribuam para entendermos o nosso tema, lúmpen-burguesia.

Recorri à obra de Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo, Machado de Assis*, para me orientar na visão sociológica e histórica do personagem Leocádio. Afinal, Brás Cubas e Leocádio poderiam ter sido amigos, pois desfrutaram da mesma cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX, pertencentes à mesma classe dominante de então.

2 - O QUE DIZ NOSSA LITERATURA

Para entendermos como a população brasileira foi formada, precisamos utilizar vários conhecimentos, como a história e principalmente a sociologia, antropologia, e economia, mas temos que avaliar, também, através da cultura literária brasileira, para isso recorreremos a obra de Wilson Bueno (1949-2010).

Bueno foi um escritor curitibano com vida conturbada e contestadora, que declarou ser seu livro, *Amar-te a ti nem sei se com carícias* uma prosa sobre aspectos políticos:

[...] é uma prosa de duas faces: ao mesmo tempo em que homenageia a bela e encantada última Flor do Lácio¹, num português trabalhado no que tem de mais castiço, em sua pureza mais essencial, gozo e tira o maior sarro da retórica brasílica, a retórica parlamentar, vigente até hoje, a retórica judiciária, a retórica da vida burocrática, bacharelesca. (Manfredini, 2020, p. 59)

E também “uma imersão no cruelíssimo século XIX brasileiro, em suas ambiguidades, conchavos, em sua perversa hipocrisia e, sobretudo, em sua oca retórica que parece continuar guiando a vida nacional”. (Manfredini, 2020, p. 156)

Bueno foi um boêmio inveterado, mas durante seus últimos 20 anos, esteve sóbrio e se transformou em “um cavaleiro oitocentista que, na intimidade doméstica, vestia-se com um robe de chambre bordô e pantufas e considerava a mensalista que o atendia como uma espécie de governanta. Nos dias frios lia e assistia TV ao lado da lareira. E sua fala era tão rebuscada quanto seus textos”. (Manfredini, 2020, p.131). “Parecia um personagem de Proust², com personalidades múltiplas, de difícil compreensão, com *“luxúria de linguagem”* de um neo barroco”. (Manfredini, 2020, p.145)

Primogênito de uma família de classe proletária, do interior do Paraná, Jaguapitã, chega a Curitiba aos seis anos de idade. Sempre com a alma impulsiva e irrequieta, em uma cidade provinciana, que não conseguia lhe oferecer horizontes, mesmo que aos dezesseis anos já escrevesse crônicas dominicais para a Gazeta do Povo, ao lado de cronistas conhecidos, como Dalton Trevisan.

¹ Flor do Lácio: termo utilizado para designar a Língua Portuguesa. Olavo Bilac (1865-1918) escreve no primeiro verso “Última flor do Lácio, inculta e bela” no soneto “Língua Portuguesa”, se referindo ao último idioma Português derivado do Latim Vulgar falado no Lácio, região italiana.

² - Valentin Louis Georges Eugenes Marcel Proust: romancista, ensaísta e crítico. De família rica e culta, não precisou ter empregos, se comportando como um dândi. Escreveu *Em busca do tempo perdido*, no qual a homossexualidade tem lugar importante.

A vida na capital o oprimia, era a “macholândia”, que tentava reprimir sua homossexualidade exuberante. Resolve abandonar a cidade aos dezenove anos, para durante nove anos viver intensamente o Rio de Janeiro, com indisciplinas, drogas, festas e muito sexo, em plena ditadura militar. Mas não ficou incólume ao regime, tendo permanecido quase um mês na prisão. “A tortura psicológica foi uma das coisas mais impiedosas que eu já vi na vida. Nunca mais fui o mesmo. Mataram os meus vinte anos no Rio de Janeiro, em 1969”. (Manfredini, 2020, p.59)

Retorna à Curitiba para não morrer, em consequência dos excessos de álcool e drogas, mas só abandonaria os vícios treze anos após sua chegada a capital paranaense, depois da morte do amigo Paulo Leminski³, destruído por cirrose alcoólica.

Em 2000, mudou-se para o sobrado da Rua Edmundo Mercer, batizando-o de Palacete do Tico-Tico, onde recebia poucos amigos. Diferente da época em que vivia de bar em bar, no sobrado recebia amigos quando estava extremamente alegre ou se enclausurava quando em profunda depressão. Passou a escrever compulsivamente, substituindo um vício por outro, já que este vício lhe clareava a mente. Escrevendo sempre a noite, foi sua época mais frutífera, com inúmeros romances publicados, até ser assassinado no dia primeiro de junho de 2010, com duas perfurações a faca no pescoço, por um michê.

Iremos utilizar um dos seus livros premiados, *Amar-te a ti nem sei se com carícias*, publicado em 2004. O título um decassílabo perfeito, que se utiliza de vocabulário do século XIX para retratar uma história iniciada em 1850 e terminada em 1914, após o autor ficcionalmente ter encontrado um diário em escombros de um casarão demolido, no bairro de Botafogo, onde morou um casal de família aristocrática e um pretenso amante dos dois. Como diz a epígrafe de Machado de Assis, “o maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado”, e é disso que se trata o livro, pois pecados, que nunca deveriam ter sido revelados, são expostos, assim como várias denúncias e provocações. Como diria Freyre, como um verdadeiro “recolhedor de fatos”.

O diário da forma que é escrito, pressupõe uma investigação linguística obsessiva e apresenta a história vivida por esta família, narrada por seu membro mais ilustre, o chefe da família, o homem branco de classe alta que esconde segredos confessados apenas ao diário, no qual pretendia dar um fim.

O homem branco daquele tempo, que tinha escravos, que precisava casar para ser aceito numa sociedade machista, que não aceitava homossexuais, mas que era ensinado a sustentar um ideal de homem bem-sucedido em um país subdesenvolvido, que se transformava em república a partir de um golpe militar. Um aristocrata que demonstra não ser um ideal de virtudes e, sim, fazia parte do problema, a ser escondido. Esse é o nosso narrador personagem, Leocádio Prata, culto, educado,

³ Paulo Leminski: Foi um escritor, poeta, músico, crítico literário, jornalista, publicitário, tradutor e professor curitibano. Possuía um jeito próprio de escrever poesia, preferindo poemas breves, *haicais*, trocadilhos ou brincadeiras com ditados populares. Como músico teve várias canções interpretadas por músicos famosos, como Gilberto Gil e Caetano Veloso. Escreveu *Distraídos Venceremos*, *Catatau*, entre outros.

sedutor, escravista e reacionário, que se utiliza de sua tradição ocidental, para se sobrepor aos outros personagens, sejam eles, familiares, amigos, escravos ou empregados.

A expressão desta sociedade real, com seu véu de preconceitos é desvendada através desse diário, que desvela as particularidades da sociedade brasileira, preconceituosa, racista, escravista e pretensamente burguesa, mas nunca liberal.

O nosso personagem, assim como Brás Cubas de Machado de Assis ou Gonçalo Ramires de Eça de Queirós, é mais que a síntese do aristocrata. Aspirava uma supremacia quando se tratava de escravizados ou ex-escravizados, condenando José do Patrocínio ou mesmo Olavo Bilac por tentar desculpá-los pela miséria em que viviam. Esses três personagens que perpassam continentes com a mesma vaidade sem escrúpulos, se comportam como seres melancólicos e trapalhões nos empreendimentos, mas vivos e desconfiados.

Com base neste romance tentarei correlacionar os fatos encontrados na narrativa, com a história sociopolítica da formação brasileira, caracterizada por sua elite financeira, que chamarei de lúmpen-burguesia. A compreensão do atraso em que vivemos no Brasil, como diz Roberto Schwarz, se deveria a uma forma perversa de progresso, mais do que a um arcaísmo residual. O atraso tem método, ou seja, só somos atrasados no que interessa a classe dominante, assim como o progresso só ocorre se privilegiar os mais ricos.

A emancipação política do Brasil teve o conservadorismo como característico, não mudando as relações entre “o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação”. (Schwarz, 2000, p. 36)

Na história de Leocádio Prata podemos observar características que corroboram com o nosso passado oitocentista, mas que podemos observar até os dias de hoje. A forma do romance é biográfico, com digressões, com a descrição do ambiente da primeira infância, episódios da vida carioca, inclusive com a decrepitude moral e física do narrador, privilégio de classe, preconceitos, casamento como norma social, relação homossexual velada, triângulo amoroso e outras demonstrações amesquinhas da psique.

Mostra a cidade do Rio de Janeiro com seus cheiros fétidos, suores, vômitos, lama e ratos. Descreve seu pai, Leocádio José Prata, como um *bon vivant* e comerciante de negócios obscuros, viciado em jogo, que se afundava em dívidas, “[...] um exaltado, capaz de comprar hoje as pirâmides do Egito e sair amanhã a vender picoás na feira da candelária. [...] Obsessivo, chegava a passar três dias sem dormir, tentando a fortuna que, a cada jogo findo, se lhe fugia das mãos e o afundava em dívidas” (Bueno, 2004, p.66-67).

Os personagens aparecem para mostrar a perversão da família aristocrática no seu interior. O avô era um traficante de escravos. O Souza, um velho barbeiro afeminado. A mana Elvira com quem tivera as primeiras experiências sexuais e Lavínia, a esposa de Leocádio, que viria a falecer em um

acidente suspeito. Dona Maria Eustáquia Rodrigues Andrada de Encarnación, a baronesa de Itaguaí, que possuía os melhores criados, para noites e festas extravagantes. O amigo, Guerra Duval, que tinha comportamentos bissexuais quando bebia. Licurgo, um jovem ex-militar, recém-chegado da Guerra do Paraguai, onde fora matar índios, mas depois passa a viver de trambiques e que era amante de Leocádio e Lavínia. Uma sociedade cuja hipocrisia é demonstrada a cada página, que não chegará a ser lida por ninguém, pois promete rasgá-las.

O inconveniente ideológico das elites brasileiras perpassa o livro, e está nas passagens, quando Licurgo crê que “sem a escravatura, afunda o País e tudo o que nele há – inclusive o ideal republicano”, ele um jovem que “clama pela paz entre os homens, adere à photographia, ao voto e aos presidentes”. Com um tom piedoso, Leocádio se opõe ao banimento dos escravos para a África, pois “que não tenham alma, os negros, se tirados à condição de escravos, o que é uma estupidez, no que trabalharão, do que viverão?” (Bueno, 2004, p.56)

O romance identifica tipos representativos de uma classe dominante brasileira, através das relações desta com familiares, relacionamentos socioafetivos e de subordinação, desta forma, necessitando de uma diversificada galeria de figuras sociais, que resume a sociedade nacional.

O romance procura fundamentar-se na história do Brasil, com referências explícitas, como a linguagem e a semântica da época. Alguns episódios como a Abolição dos escravos, a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República, são discutidos do ponto de vista dos personagens. A referência machadiana, de forma indireta, através da narrativa, é evidenciada como ingrediente negativo na composição de um personagem representativo da classe dominante brasileira, em seus aspectos peculiares.

A narrativa, contada como forma de diário, que não deverá ser lido, expõe justamente por isso, as vísceras de seu autor, um representante masculino das classes dominantes. Mas, também, a situação da sociedade escravista da época, com suas contradições, regras morais e comportamentos. Entre as conversas elegantes, festas luxuosas, há notícias da escravidão, com compra de seres humanos, considerados sem alma, demonstrando a promiscuidade da vida da classe alta na cidade do Rio de Janeiro, que conviviam sem pudor. Desde a baronesa promíscua, seus criados, ao ex-militar do oficialato, todos frequentam a casa ou, pelo menos, a vida de Leocádio.

3 - A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

3.1 – O português

A nação portuguesa foi a primeira a ser formada na Europa, no ano de 1415, e chegou ao Brasil em 1500 sem o ideal separatista, como ocorreu aos espanhóis e sem diferenças religiosas intransigentes, como os puritanos na Inglaterra ou os huguenotes na França.

No século XVI, só católicos recebiam as sesmarias, mesmo os não portugueses, o que fortaleceu os laços contra os calvinistas franceses, os reformados neerlandeses e os protestantes ingleses. Deste modo, o catolicismo se tornou o alicerce do nosso unionismo.

Em Portugal a aplicação de um sistema latifundiário e semifeudal foi utilizado pela igreja católica, mostrando o poder do clero que possuía prestígio místico, moral e jurídico sobre a população. Esse comando teria ocorrido após a expulsão dos mouros e mais tarde, transplantada para a América do Sul. Nas terras lusitanas houve inclusive a escravização dos mouros, moçárabes e maometanos, após a reconquista pelos cristãos, o que também interferiria no modo de vida português. O que é bem retratado nas cartas de Clenardo⁴, escritas em latim entre 1533 até 1546, ao relatar que o povo luso era indolente e vivia à custa do trabalho escravo de mouros e negros.

Se há povo algum dado à preguiça, sem ser o português, então não sei eu onde ele exista... Esta gente tudo prefere suportar a aprender uma profissão qualquer. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Portugal está a abarrotar com essa raça de gente. Estou quase a crer, que só em Lisboa, há mais escravos e escravas de ambos os sexos que portugueses livres de condição... Os mais ricos têm escravos de ambos os sexos e há indivíduos que fazem bons lucros com a venda de escravos novos, nascidos em casa. Chega-me a parecer que os criam como quem cria pombas, para vender, sem que se ofendam com as ribaldias das escravas. (Clenardo apud, Freyre, 2003, p.318)

Anos mais tarde, Alexandre de Gusmão⁵ relatava que o trabalho escravo em Portugal era a causa da lerdeza, inatividade e esterilidade do português.

O lusitano encontrou na América do Sul um terreno difícil para quem deseja organizar uma sociedade economicamente sustentável, devido à adversidade do parasitismo animal, das saúvas, condições agrológicas desfavoráveis, frequentes inundações ou secas, seres humanos em estado primitivo em relação à civilização e hábitos portugueses da época e clima tão diverso do Europeu. O extrativismo foi possível em apenas poucos itens, como o pau brasil, pois os portugueses não encontraram, inicialmente, ouro ou prata, assim tiveram que se dedicar à agricultura.

Anteriormente, a experiência colonizadora portuguesa possuía o único interesse pelo extrativismo, como o utilizado nas Índias. Porém, no Brasil, se transformou numa “colônia de plantação”, com agricultura latifundiária escravocrata de caráter particular e utilizando-se da mulher

⁴ Nicolau Clenardo, nasceu em Diest, na região de Flandres, em 1493, atualmente Bélgica. Era professor de teologia, hebreu, grego, latim e árabe. Foi para Portugal para ser mestre do Infante D. Henrique, irmão de D. João III.

⁵ Alexandre de Gusmão foi um diplomata nascido em Santos, no Brasil, em 1695, e falecido em 1753. Teve papel crucial nas negociações do Tratado de Madrid, que definiu os limites entre os domínios de ambas as potências coloniais na América do Sul e Ásia. É considerado o Patrono da diplomacia brasileira.

nativa para construir família, criando a partir de 1532, famílias rurais ou semirurais que passaram a dominar essa colonização. Só os jesuítas fizeram sombra a esse patriarcado, pois os religiosos da Companhia de Jesus tinham a intenção de fundar uma santa república teocrática.

No Brasil, os portugueses colonizadores tinham poder nas funções sociais, econômica e política, o que caracterizou oligarquismos e nepotismos.

A colonização individual, através de aventureiros ou degradados, durou muito pouco que não deixou vestígios na política de povoamento brasileiro. Mesmo estes degradados eram enviados ao Brasil por crime de heresia ou bruxaria, diferindo do que o senso comum nos fez crer, de que nossos ancestrais eram as prostitutas e os criminosos.

Segundo Freyre, a colonização brasileira pelos portugueses, principalmente ao norte e em São Paulo, foi aristocrática, patriarcal, escravocrata e católica, com grande ódio aos bugres e aos hereges, o que de certa forma caracterizou uma consciência lusitana cosmopolita e heterogênea, mas sem xenofobia, mimetizando a convivência nas terras portuguesas após sete séculos de invasão moura e berbere, com procedências étnicas e sociais diversas.

Neste aspecto Freyre se contradiz, pois como um país que já tinha em seu cerne a escravidão de outros seres humanos, e inclusive vendendo seus filhos, poderia não ter preconceitos contra outros povos? Talvez queira se referir, ao fato de não serem realmente brancos, pois os portugueses que chegaram ao Brasil eram mal alimentados e possuíam baixa estatura, com pelos de duas cores, ou seja, um povo miscigenado, com transitória pigmentação loura, com lábios e narizes negroides ou judeus, em consequência, aceitavam ou mesmo se interessavam pela miscigenação. Desta forma, brindou-nos com cultura, caráter e sangue mouro e negro, que persistiu no paulista até os dias atuais, não só relacionada ou derivada da escravização africana. A colonização deste povo miscigenado trouxe-nos os azulejos, os tapetes turcos de seda, o cuscuz e as comidas oleosas, com gemas de ovos, canela e as ricas em açúcar.

O longo contato com os sarracenos deixou idealizado entre os portugueses a figura da Moura-encantada, tipo perfeito de mulher, morena de olhos pretos, envolta em um misticismo sexual. Chegando ao Brasil, encontraram entre as indígenas os mesmos traços. Em oposição a lenda da Moura-encantada, criou-se a Moura-torta, devido aos ciúmes ou inveja das mulheres brancas ou do ódio religioso dos cristãos aos muçulmanos.

Porém, existia na Europa a idealização do tipo louro como angelicais e os morenos como os anjos malvados e decaídos. Com isso as portuguesas, no século XVI, tingiam seus cabelos da cor loura e as espanholas empastelavam o rosto de pó branco, ambas acreditando que as morenas seriam feias. Freyre, de certa forma, evidência que existiria com o preto um preconceito racial. No Brasil o velho ditado já espelha esse preconceito “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, assim como a nossa literatura retrata ainda o nosso racismo, com as louras donzelas e as mulatas

dengosas. Aqui encontramos controvérsias, quando Freyre escreve ser o clima um atrativo aos portugueses, pois já estavam acostumados com um clima mais quente da Península Ibérica, do que no restante da Europa. Mesmo assim, houve necessidade de mudanças de hábitos alimentares, como do trigo para a mandioca. E também mudanças de hábitos sociais e econômicos.

Para Freyre, “o abuso dos jejuns”, uma prática comum aos católicos, além de justificada pela falta dos víveres, também influenciou a má nutrição do brasileiro e a baixa estatura dos próprios portugueses.

No Brasil escravocrata, a ideia do trabalho braçal era visto como “coisa de negro”. Porém, como já vimos sobre a escravidão em Portugal, lá se utilizava o termo “mourejar” como sinônimo de trabalhar, desde que a economia lusitana passou a explorar e transportar riqueza de outros continentes, ou mesmo utilizar mão de obra escravizada e não mais trabalhar nas lavouras. (Freyre, 2003, p.320-322)

Deste modo, o português estava habituado com o trabalho escravo e não se intimidou em escravizar o indígena e posteriormente o africano. A Coroa portuguesa soube utilizar a escravização, também, no intuito de povoar as Américas, e o português teve a coragem e a capacidade de organizar essa colônia de plantação, que viria a se transformar no Brasil. Para isso, havia a necessidade de recursos humanos, e Portugal sempre foi um país em crise populacional. Em resumo, a própria igreja fechava os olhos para os filhos naturais e para as uniões inter-raciais, pois os interesses populacionais eram mais importantes que os escrúpulos católicos.

Da mesma forma que observávamos no Brasil, a psicologia sobre as classes em Portugal mostra a inflexibilidade do sentimento nacional do povo e a transigência desse mesmo sentimento nos nobres. Quando a visão de pátria foi incorporada pela população de índole pacífica, mas ficou ausente nas classes dominantes predatórias, tivemos as grandes crises de 1383 (crise dinástica, período de guerra civil que durou até 1385), entre 1580-1583 (Guerra da Sucessão Portuguesa) e 1808 (transferência da corte portuguesa para o Brasil). Demonstrando que independente do povo ou da nação, a aristocracia e depois a burguesia apresentam comportamentos próprios.

3.2 – A colonização portuguesa

Com o “encontro” do Brasil pelos portugueses, a criação de latifúndios se fundamentou em direitos assegurados por Princípios do Vaticano, em sua bula *Inter Coetera*, de quatro de maio de 1493, na qual as terras outorgadas e o povo subjugado eram dos seus senhorios, ou seja, dos “descobridores”.

Esse país foi criado através da tolerância opressiva, de quem quer reinar sobre corpos e mentes de índios e pretos. A terra era apropriada pela classe dominante, obrigando os silvícolas hereges à catequização e ao trabalho forçado, livrando-os pelo martírio e pela falta de liberdade, da eterna perdição. Esse procedimento era algo abençoado pelo Estado português, assim como pelo Papa. Destarte, era a civilização ocidental, cristã, que se sobrepunha ao destino dos pagãos, conforme os desígnios de Deus.

A população brasileira surge, então, de uma sociedade agrária na estrutura, mas na sua composição é formada pela miscigenação entre o branco invasor, o indígena originário e o africano, imigrante forçado e escravizado. Sob o mando dos portugueses, que se apresentavam em minoria, mas com a confluência de culturas, etnias e formações sociais diversas, surge com características próprias, uma sociedade multiétnica que constitui um novo povo, porém sem características democráticas.

A colonização da América do Sul, diferente do que ocorreu na América do Norte, iniciou-se pelo “cunhadismo”, no qual os portugueses, franceses ou espanhóis, que chegavam ao território, recebiam dos indígenas muitas esposas e com elas e seus filhos mestiços começavam a povoar regiões com o auxílio das tribos das quais provinham suas companheiras. O que caracterizava uma formação populacional pela poligamia.

Em 1532, com o intuito de pôr fim ao “cunhadismo”, a Coroa portuguesa cria as donatarias, distribuídas a grandes senhores, investidos de poderes feudais, nas quais a mão de obra era a indígena escravizada.

A escravização indígena se deu, prioritariamente, durante o século XVI, só sendo ultrapassada pela escravização africana a partir do século XVII.

Os indígenas por serem mais baratos na sua escravização, pois só necessitavam ser capturados, eram, preferencialmente, os escravos dos brancos pobres, que deixavam de fazer trabalhos manuais. Esses trabalhos passavam a ser realizados por esses indígenas escravizados.

Mas o primitivismo dos povos originários encontrados no Brasil pelos europeus propiciou a colonização pelo utilitarismo, no qual o indígena serviu como base para a colonização portuguesa, essa iniciada por moçárabes, que possuíam consciência de raça, mas tênue, já que não eram genuinamente brancos.

Os jesuítas dificultaram que a libertinagem fosse explícita, ao regulamentarem o casamento cristão, mas não conseguiram impedir a poligamia, natural aos indígenas e aos próprios moçárabes, e a qual alguns padres sucumbiram, transigindo eles próprios a moral católica. Essa moral católica ao ser afetada permitia que casamentos fossem celebrados, pelos jesuítas em meados de século XVI, entre tios, por parte da mãe, e sobrinhas, já que as mães não representavam consanguinidade para os indígenas. Na cultura dos aborígenes era vedado o casamento entre não parentes, mas que possuíssem

o mesmo totem como protetor, como um animal ou planta. Alguns desses hábitos e crenças persistem entre a população brasileira, mesclada às crenças católicas europeias e africanas.

O puritanismo português, trazido pela Companhia de Jesus, diferente do real puritanismo inglês, sofreu abalos após o contato com os indígenas e africanos., Mas sufocou a cultura, as línguas e as crenças nativas, sobrevivendo quem conseguiu desrespeitar esses dogmas. A vida nômade foi substituída pela concentração em grandes aldeias e em plantações; a divisão sexual do trabalho europeizou-se e o sedentarismo foi implantado; o pecado e a culpa passaram a fazer parte da vida sexual do indígena. Todas essas modificações degradou a vida do silvícola, apesar dos elevados ideais dos padres, que agiam de acordo com suas convicções religiosas.

A burguesia europeia contou com o subjugo africano e indígena, através do trabalho jesuítico, que mais tarde seria substituído pelos protestantes evangélicos e metodistas. Posteriormente, os colonizadores portugueses lhes alteraram os hábitos alimentares e de trabalho, e introduziram as doenças epidêmicas, assim como a utilização da cachaça.

A sífilis, ao contrário da miscigenação, levou a esta população a maior causa da perda econômica e física, depois da desnutrição. A civilização, que ocorreu tardiamente, foi precedida pela “sifilização”, introduzida por franceses e portugueses, principalmente. Esta degradação da cultura indígena se deu de forma lenta, pois o processo foi introduzido sutilmente com o português se apresentando como enamorado ou professor, o que os desestimulou de seus valores.

Dessas uniões inter-raciais surgiram bastardos, que dificilmente eram educados pelos pais portugueses ou mesmo franceses. A maioria era criada pelas mães, vivia entre a vida selvagem e a nova civilização incipiente, da qual, também, não podia se integrar, surgindo a partir do século XVI, “a primeira geração de mamelucos”. (Freyre, 2003, p.162) Esses mamelucos, nômades como as mães, tiveram a importância de alargarem as fronteiras da colônia, como bandeirantes, guerreiros na defesa de engenhos, canoieiros, caçadores e pescadores, mas dificilmente como agricultores. O exemplo clássico, na literatura, seria *Iracema* de José de Alencar.

A falta de mulheres brancas, também criou áreas de relacionamentos entre senhores e escravizadas pretas. O português como um povo miscigenado, graças a 700 anos de invasão moura, que incluiu em sua cultura a árabe e o bérbere: capsenses, libifênios, referências africanas mais antigas, apresenta a miscibilidade como um fator diferenciado da colonização, tanto na América como na Ásia ou África. Foi esta mistura o processo compensatório para a falta de portugueses para a colonização de extensas áreas na América, muito superiores a territorialidade portuguesa.

A corte lusitana descontente com as donatarias, implanta um Governo Geral, com Tomé de Souza, em 1549, na Bahia. Mas, com a chegada de Mem de Sá, e simultaneamente as rebeliões dos indígenas contra os colonos, são criadas as primeiras Missões, com cerca de 34 mil índios agrupados

em onze paróquias, que mais tarde serão dizimados pela varíola, de 1562 a 1563, pela escravização e pelas guerras.

As Missões, apesar de produtivas para a Coroa, representavam utopias que se contrapunham ao projeto dos colonos, que viam o indígena apenas como força de trabalho. Sobreveio a guerra entre colonos e sacerdotes, sendo estes expulsos e deixando os nativos a mercê de seus algozes, não religiosos.

Esses escravizados, despossuídos e convertidos, se veem como pobres pecadores, que merecem a sua sina. Os senhores esforçam-se em demonstrar que seus escravos deveriam ser gratos por conduzi-los a uma vida sem sua inata preguiça, fazendo-os entender seu destino de povo subjogado. O que temos na América do Sul, é uma classe dominante composta por senhores de terra e de líderes civis e militares, que esmagam uma “sub-humanidade oprimida, a quem não se reconhece nenhum direito”. Essas são as bases dessa sociedade em formação, que privilegia uma minoria, em detrimento de uma maioria, condenada à ignorância e à pobreza, incapaz de se transformar em classe dominante nativa. (Ribeiro, 2014, p. 59)

Em 1570, os portugueses já dominam oito implantações, das quais quatro, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e São Paulo eram crescentes. Todas compostas por mamelucos, pois os portugueses continuavam em minoria. Essa miscigenação forçada diminuiu as distâncias sociais que de outra forma não teriam ocorrido, em uma sociedade composta de uma aristocracia latifundiária e escravocrata, uma grande leva de escravizados e de uma pequena porcentagem de homens livres entremeando esses dois extremos. Dessa miscigenação surgiram filhos legítimos ou ilegítimos, alguns herdaram propriedades, que de certa forma subdividiu o poderio dos primeiros brancos europeus, os reinóis.

A luta para unificação desse território continental, abafando movimentos separatistas, conduziu e exacerbou a repressão social e classista, privilegiando uma pequena camada da população, em detrimento de outras camadas escravizadas ou marginalizadas. Cria-se o verdadeiro fosso: “entre as classes dominantes e subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático.” (Ribeiro, 2014, p. 16)

O medo da classe dominante sempre foi que a classe oprimida pudesse se levantar, para isso, utilizou-se de violenta repressão, que manteve os ricos isolados, a classe média longe dos pobres e todos, afastados dos miseráveis. Esse estamento se caracteriza, também, por um colorismo racial, quando os brancos se sobrepõem aos pretos, num degradê de cores, nos quais os mais escuros estão em níveis mais baixos da escala social. A sociedade brasileira se baseia em castas, que não são abertamente aceitas, mas que caracterizam camadas onde o privilégio é concedido e guetos onde os miseráveis cumprem suas sinas. A sempre possível ameaça a este estamento leva a necessária

manutenção da ordem, com mão de ferro, e implementação de ditaduras preventivas contra qualquer convulsão social.

A essa nova população, somou-se um novo estilo de vida que diferia da Europa, com outro tipo de moradia, apropriado ao clima, que possuía sol escaldante e chuvas torrenciais tropicais, e utilizando-se dos materiais aqui existentes, assim surgem as casas grandes e senzalas, com sua atividade agrária e escravocrata. Transformando o colonizador luso-brasileiro em fundador de uma nova sociedade econômica, política, nacional, "com monocultura latifundiária, escravidão, catolicismo de família, patriarcalismo poligâmico, e do compadrio". (Freyre, 2003, p. 39-40)

No Brasil, a catedral ou a igreja, ou seja, o seu clero, que foi mais poderoso que o próprio rei em Portugal, seria substituído pelo senhor de engenho. A nossa formação social deu-se pela fé religiosa que suprimiu a consciência de raça. Porém, foi substituída pelo poderio da casa grande, inicialmente clero e senhores de engenho eram rivais, mas posteriormente, se tornaram seus inquilinos, já que capelas eram instaladas dentro de fazendas e padres moravam nas casas grandes e as mais línguas os incluem como grandes procriadores, tendo sucumbido às novas regras do país em formação e com suas próprias normas.

O poder dos senhores donos de terras era enorme, não só sobre as áreas rurais, mas sobre os homens e mulheres, parentes ou não. Quando mortos eram enterrados dentro das próprias casas e continuavam a influenciar nas famílias. Famílias católicas, quase todas, tinham os santos como parte da família. Fazia parte das crenças os poderes excepcionais dos santos, que ajudavam nas tarefas das casas, já que o que fosse perdido ajudava a encontrar, assim como auxiliavam as crianças a dormir, ou eram responsáveis pela paz nas ou entre as famílias, da mesma forma que os mortos zelavam pela felicidade dentro e fora das casas. Desta forma, existiu um diferenciado catolicismo recheado de crenças novas e incorporadas às famílias com certa anuência da igreja.

Muitas casas grandes com seus estilos arquitetônicos genuinamente brasileiros funcionavam como bancos, pois muitos latifundiários enterravam fortunas em suas casas ou em suas paredes. Essas casas possuíam cozinhas gigantes, inúmeros quartos, capela, lugares para filhos casados, etc. Podiam conviver, sobre o mesmo teto, algumas gerações.

Segundo Gilberto Freyre, houve "recolhedores de fatos", em cadernos, nos séculos XVIII e XIX, nunca mulheres, por ser a maioria analfabeta, que escreviam sobre acontecimentos vergonhosos, como antepassados não brancos, comportamentos sexuais ou morais não convencionais. Em suma, as famílias católicas, apresentavam histórias que desejavam esquecer, mas, mesmo assim, as escreviam. Isso parece reportar a literatura ficcional de Wilson Bueno, quando Leocádio escreve seu diário repleto de fatos nada nobres.

As sinhazinhas ricamente vestidas eram consideradas sinhá moças após a primeira comunhão, mas a maioria era analfabeta. Algumas eram enviadas aos Recolhimentos, onde aprendiam a ler,

costurar e a rezar. Aprendiam a tratar cristãmente os escravos, “irmãos e filhos do mesmo Pai”, porém tratados de forma desigual por leis humanas, pela “necessidade de uns e escravidão de outros” ou “para lhes acautelar um maior mal.” Isto no século XIX. (Freyre, 2003, p. 428)

José Bonifácio, em 1823, em sua Representação à Assembleia Geral Constituinte indagava sobre o mal da convivência das famílias com os escravizados, pois as mulheres casavam muito cedo com homens muito mais velhos e tinham muitos filhos. A gravidez era de risco e muitas faleciam, deixando órfãos filhos que seriam criados por mucamas, ou mesmo, se caso sobrevivessem seriam incapazes de criar, com cuidado, os filhos, pois eram muitos:

[...] que educação podem ter as famílias que se servem com esses infelizes sem honra, sem religião? Que se servem com as escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo se compensa nesta vida. Nós tyrannizamos os escravos e os reduzimos a brutos animaes; elles nos innoculam toda a sua immoralidade e todos os seus vícios. E na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na philosophia, por assim dizer doméstica, de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil, quando o consideramos de baixo desses dois pontos de vistas? (Freyre, 2003, p.433-434)

A perversão e o sadismo sexual também eram praticados com entusiasmo pelos filhos de famílias escravocratas, com a utilização de crianças ou adolescentes escravizados, o que mais tarde se tornava um prazer em surrar, ou de se comprazer com brigas entre escravos, capoeiras ou animais. Esse prazer violento podia-se observar nas posições de mando entre os bacharéis quando ocupavam posições de superioridade na administração pública, jurídica ou política. Mesmo mulheres que viviam subjugadas aos seus maridos ou pais, exerciam essa violência sobre escravizadas, por inveja ou ciúmes. Isso talvez explique a nossa organização política e econômica, e a mansidão da população brasileira, que espera por um ditador em defesa da ordem e do autoritarismo, a quem possa se sacrificar. O dualismo entre “sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos” talvez explique o grande abismo entre as classes abastadas e miseráveis, que observamos até os dias atuais. Os antagonismos culturais, religiosos e econômicos ajudaram a moldar a tolerância moral e a hospitalidade brasileira. (Freyre, 2003, p.114-115)

Os senhores de engenho com o aumento do número dos escravizados do lucro conseguido com o açúcar, já no século XVII, se tornaram ociosos ao ponto de só andarem de redes ou palanquim, se deixarem banhar, vestir e calçar por escravizados: “era na rede que eles faziam longamente o quilo – palitando os dentes, fumando charuto, cuspidando no chão, arrotando alto, peidando, deixando-se abanar, agradar e catar piolho pelas molequinhas, coçando os pés ou a genitália; uns coçando por vício; outros por doença venérea ou de pele”. (Freyre, 2003, p.518)

3.3 – A formação do brasileiro

A identidade étnica brasileira começa a surgir com os mamelucos ou brasilíndios, filhos de índias com portugueses, assim como as gerações mestiças de afrodescendentes, filhos de negros com índias ou negras com brancos portugueses. Esses filhos da terra não conseguem se identificar com os indígenas ou africanos boçais⁶ ou mesmo os ladinos, pois os desprezam, mas são rejeitados pelos portugueses. Desta forma, identificam-se com a terra, para compor uma coletividade na qual possam se inserir, independente da cor da pele ou de sua ancestralidade. Só mais tarde, os mazombos, filhos de portugueses nascidos no Brasil, começam a se reconhecer como brasileiros.

Inicialmente, existiam três empresas nesta colônia, a mais importante era formada pela escravização de negros, que trabalhavam em latifúndios com monocultura ou na mineração de ouro, sendo altamente lucrativa e mercantil. Serviram para integrar o Brasil ao mundo, assim como enriqueceram os ricos. “Pandiá Calógeras⁷ avalia em 1400 toneladas de ouro e três milhões de quilates de diamantes a riqueza carreada do Brasil no período colonial”. (Calógeras 1938, apud Ribeiro, 2014, p. 325). A segunda foi a empresa comunitária jesuítica, que após a catequização dos autóctones, utilizando-se de sua mão de obra servil, se tornou uma alternativa a colonização portuguesa. Desta resultou a liquidação indígena, por epidemias, guerras ou escravização. A terceira, com menor rentabilidade, foram às microempresas de subsistência agrícola e pecuária, que mais tarde vieram a formar o “Brasil-povo”, com a incorporação dos mestiços. Posteriormente, incorpora-se uma quarta empresa, de banqueiros, armadores e comerciantes que faziam o intercâmbio com a Europa, para onde vendiam a produção e com a África onde compravam novos escravos. Chegaram ao Brasil cerca de seis milhões de africanos, para serem escravizados. Essa era a mais lucrativa das quatro e a que mais interferiu na formação da população brasileira.

A burocracia civil era exercida pelos funcionários governamentais, assim como a eclesiástica e a militar que presidiam a vida colonial. Com a vinda da família Real para o Brasil, em 22 de janeiro de 1808, para a cidade de Salvador, abrem-se escolas médias e superiores, que formam as primeiras gerações de letrados brasileiros que passam a ocupar cargos na magistratura, engenharia e medicina, para cuidar exclusivamente dos ricos, permanecendo a população analfabeta, sem saúde ou sem qualquer apoio.

Essa classe empresarial-burocrática-eclesiástica moldou o que viria a ser a população brasileira ao imprimir-lhe a pecha de mão de obra servil, desgarrada de suas culturas, miscigenada e iletrada. O maior apartamento social existente no Brasil se deve, prioritariamente, entre ricos e pobres e, posteriormente, entre brancos e negros.

⁶ Os escravos chamados boçais eram os recém-chegados da África, não falavam o português e eram utilizados no trabalho na lavoura, o que diferenciava dos ladinos, já aculturados.

⁷ João Pandiá Calógeras: Foi um engenheiro, geólogo e político brasileiro (deputado federal, Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria em 1914, e Ministro da Guerra), carioca que viveu de 1870 até 1934. Publica *As minas do Brasil e sua legislação*, obra que defende que o governo teria direito de desapropriar o subsolo para sua exploração, que posteriormente virou a Lei Calógeras, de 6 de janeiro de 1915.

A escravidão aborígine inicia-se com os engenhos de cana-de-açúcar, no nordeste brasileiro, já em 1520, surgindo a matriz da construção da sociedade brasileira, o senhor de engenho e o escravo.

Ambos, apesar de estarem em lados opostos, se abasileiravam, pelo idioma, cultura crioula e visão de mundo, e tudo isso ao mesmo tempo os afastavam de seus ancestrais. Essa aculturação propiciou as relações sociais, formação das famílias e a essa nova cultura local, no qual os senhores de engenho recebiam concessões de terras, privilégios e honrarias e possuíam poder hegemônico na vida colonial, seja ela, social, política ou religiosa. Do outro lado, a senzala era constituída por seres com existência subumana. No Brasil surge uma civilização assentada na América, tendo a África como fornecedora da força de trabalho e a Europa como consumidora de seus produtos.

Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, é um dos exemplos de monocultor açucareiro que se implanta no Brasil, enriquecido nas Índias, traz técnicos especializados no fabrico do açúcar, das ilhas da Madeira, e utiliza-se dos navios das Índias para o comércio.

Segundo Darcy Ribeiro, o engenho “é um sistema agrário-mercantil de colonização escravista, conformado como um conjunto integrado de relações centralizadas no objetivo de produção monocultora para exportação” (Ribeiro, 2014, p. 249-249.), se assemelhando ao sistema granjeiro moderno e não ao sistema feudal europeu, formando a “cultura crioula” constituída por uma hierarquia rígida, com o intuito de obter lucro para o senhor e utilizando-se do escravo como instrumento dispendioso ou lucrativo. Essa classe dominante só dividia sua hegemonia com o patronato de armadores e negociantes de importação de escravizados africanos e exportação para o mercado mundial de suas monoculturas e pelo patriciado governamental que defendia e regia a colônia. Além desses, os burocratas, o clero, os militares e os poetas, de alguma forma, representavam uma oposição a essa hegemonia vigente.

Concomitante ao latifúndio monocultor agrário houve também a criação de rebanho, no século XVI, já havia 700 mil cabeças de gado, provenientes das ilhas de Cabo Verde, que se espalhavam pela Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, e rumavam para o sul. Esse gado era criado em sesmarias, doadas pela Coroa, que formaram os maiores latifúndios do Brasil, devido ao fato deste gado ser criado solto, dependendo de mananciais de água e pastos naturais. Esse regime de trabalho, porém, não foi baseado na escravidão, mas sim por soldo, que além da manutenção do pastor, recebia como pagamento reses. Desta forma, o pastoreio era muito atrativo ao branco pobre ou ao mestiço, porém mais tarde, devido ao excesso de mão de obra passa a ser mal remunerado e é substituído pelo bode e pelo plantio de algodão, o mocó. Os vaqueiros desprovidos de alimentação adequada permanecem subnutridos, em contraposição ao gado-mercadoria que crescia com fartura de ração. Com isso, passaram a conviver no mesmo latifúndio, o fazendeiro, o vaqueiro e o plantador de mocó, este em palhoças miseráveis.

A agricultura canavieira foi extensa, atingindo Pernambuco, Bahia, São Vicente e Maranhão, levando a uma sociedade escravocrata e aristocrática. Os que não possuíam os mesmos recursos financeiros se dedicavam à criação de gado, e mais tarde a exploração do ouro em Minas Gerais e o café em São Paulo. Essas monoculturas viriam a dificultar a alimentação sadia e fresca da população, o que seria um fator para a pouca estatura do brasileiro. Mesmo entre os senhores escravocratas não era comum às carnes, frutas e legumes, o que foi a realidade durante os três séculos coloniais.

Esses grandes fazendeiros, eram os senhores coronéis, que comandavam tudo, terras, gado e também a população flagelada, assim como manipulavam as autoridades governamentais. E conseguiam também a ajuda destas autoridades para com a população flagelada. São os mesmos que mandavam na região, desde o Brasil colônia, e que não tinham escrúpulos em desviar recursos, em épocas de seca, como na “indústria da seca”. O Departamento Nacional de Obras Contra Seca – DNOCS, foi criado em 21 de outubro de 1909, mas desviou-se de sua função e atendia os grandes criadores e ao patriciado do Nordeste. Posteriormente, em 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que apresentou grande resistência dos latifundiários, tendo pouco êxito na melhoria de vida do sertanejo. Com isso, a dependência e a subordinação do trabalhador oprimido, que só possuía como escapatória, o banditismo, do qual o exemplo mais importante foi o cangaço, ou a emigração para algumas metrópoles.

Posteriormente, ocorrem as doações de glebas, através dos governos estaduais. Esses “legítimos donos”, expulsam os sertanejos, tidos como invasores, das terras que cultivavam a longa data, porém sem amparo legal.

Através da religiosidade messiânica, própria dos desprovidos de tudo, permanecem esperando um milagre que os redima de tanto mal, levando a peregrinações e enormes romarias e às vezes os escravizando mais. Alguns casos emblemáticos puderam ser vistos em Canudos, com Antônio Conselheiro⁸ e em Juazeiro, com o padre Cícero⁹.

O sistema feudal europeu gerou posteriormente, um campesinato livre, com suas glebas, porém o sistema escravista colonial brasileiro tendeu ao latifúndio, a concentração de renda nas mãos destes proprietários de terras e ao abastecimento do mercado externo em detrimento dos trabalhadores que produziam. Esses latifúndios chegavam a ocupar áreas superiores às da Inglaterra, Escócia e Irlanda, como os Costas Ferreira no Amazonas.

⁸ Antônio Vicente Mendes Maciel ou Antônio Conselheiro ou Peregrino: Foi um líder religioso brasileiro, com dimensão messiânica e comandou o arraial de Canudos. O vilarejo foi destruído na Guerra de Canudos pelo Exército da República, em 1897.

⁹ Padre Cícero ou Cícero Romão Batista viveu entre 1844 e 1934, no Ceará, possuía influência religiosa e política. Ele teria presenciado um milagre em 1889 quando realizava uma missa, quando a fiel Maria de Araújo recebeu a hóstia e percebeu que havia se tornado vermelha como sangue. O milagre se repetiu em outras missas. Apesar de serem decretados falsos e Cícero tenha sido proibido de realizar missas, pregações ou confissões. Começaram as peregrinações e em 2015 a Igreja reabilitou o Padre Cícero, mesmo sem reconhecer os milagres. Até hoje, Juazeiro recebe visitas de fiéis do “Padim Cicho”.

No final do período da escravidão, as classes dominantes começaram a importar imigrantes europeus brancos a baixo preço, já que excediam em seus países de origem. O escravo é substituído pelo imigrante nas usinas, a senzala pela palhoça miserável, o senhor pelo capitalista latifundiário. Alguns receberam terras ou vieram para substituir a mão de obra escravizada, como assalariados, e os ex-escravizados são impelidos para a marginalidade e miséria. “As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. (Ribeiro, 2014, p.190)

Estes outros europeus (alemães em 1824, italianos em 1880), árabes (final do século XIX) e japoneses (1908), foram abrazeirados, pois já existia uma identidade nacional. Essa imigração, mais recente, ajudou a gerar diferenciações nos locais e nos estratos sociais onde se localizaram, apesar de adotarem a mesma língua, alguns se reuniram em colônias e bairros. Todos esses povos juntos, dentro de um território próprio, conduziu a criação de um povo nação, mesmo diversificado, que conhecemos como povo brasileiro.

Mesmo para os imigrantes mais recentes, o preconceito contra o povo preto não foi diferente. Foram considerados, também, por esses, responsáveis pela sua própria miséria, como uma chaga da “raça”, e renegados de qualquer assistência, empurrados para as cidades, onde se localizaram em bairros africanos, que posteriormente, formariam as favelas, com seus ritmos, religiosidade e culinária.

Nos países em que houve *apartheid*, a negritude teve como alternativa a solidariedade entre si, no Brasil onde ocorreu a miscigenação, e conseqüentes gradações de cor, reduziu com isso a combatividade e incluiu o merecimento a uma ordem natural, desarmando o preto para lutar contra a miséria imposta, ao passo que assimilou a cultura branca, e desta forma dificultou uma possível democracia racial e social.

O estamento da sociedade brasileira dos nossos dias seria dividido em quatro:

[...] classes dominantes, com número insignificante, detêm, graças ao apoio das outras classes, o poder efetivo sobre toda a sociedade, setores intermédios funcionam como um atenuador ou agravador das tensões (mantenedores da ordem), classes subalternas (empregados formalmente) e classes oprimidas (excluídos da vida social). (Ribeiro, 2014, p. 179)

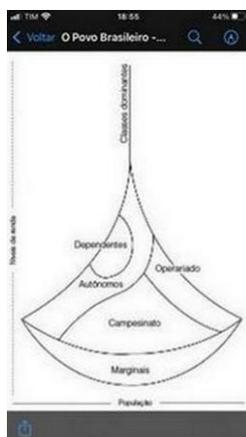
Uma sociedade formada por escravos, entendido como objetos, para darem lucro a seus donos, só poderia gerar esta sociedade estamental. Nesta, a classe dominante tem seu caráter degradado a tal ponto que não consegue perceber o indivíduo que não pertence ao mesmo meio como um ser humano. Permanecem como opressores e mantenedores da desigualdade social. Para essa classe é difícil reconhecer que descendentes de africanos, indígenas e mestiços possam ter direitos como brasileiros, e possam dirigir o Brasil como um povo étnica e culturalmente unificado.

Quem mais resiste ao progresso do país não é seu povo, que como população aculturada, tende a ter mais facilidade com as inovações, mas é, justamente, sua classe dominante, que resiste a perder

seus privilégios, fundamentado em sua visão arcaica de mundo e para isso atua como um fator de atraso em relação à economia mundial. É a agente da dominação externa do país, que não acredita pertencer, que lucrou na colonização e, também, lucrou na independência, no Império ou na República, sempre contra o interesse de seu próprio povo. Essa economia arcaica se baseia em latifúndios, que impedem as reformas agrárias e dificultam que o povo possua terra suficiente para o seu sustento, assim como facilitam a “industrialização recolonizadora”, nas quais as empresas internacionais, sozinhas ou associadas ao capital nacional, produzem aqui com a única intenção do lucro, que é remetido aos países de origem. (Ribeiro, 2014, p.215-216)

A Revolução Agrário-mercantil transformou inicialmente, a produção indígena e posteriormente a africana, em monoculturas com utilização de mão de obra escravizada e a Revolução Industrial dispensou essa mão de obra que sucumbiu, tanto na marginalidade como na sua redução populacional por morte. A revolução tecnológica surge para, mais uma vez, privilegiar os dominantes com seus discursos neoliberais e privatistas, propagandeado pela mídia e pelas forças de direita.

Diagrama, losango do Ribeiro, da estratificação da sociedade brasileira por renda, evidenciando a classe dominante como uma espícula, o que demonstra o grande abismo entre as classes. (Ribeiro, 2014, p. 183)



Concomitante as expansões latifundiárias no Norte e Nordeste, os paulistas compostos principalmente por mamelucos, se dirigem em bandeiras para regiões remotas até alcançar regiões de ouro, em Minas Gerais. Com o ouro, as cidades se expandem, surgindo áreas ricas, com solares, igrejas, cultura importada, etc. Com o desaparecimento do ouro e outras pedras preciosas, ocorre o empobrecimento das cidades e muitos vão para o interior, onde voltam a ter uma economia de subsistência, em pequenos vilarejos, onde grupos de famílias trabalham em mutirões. Com a chegada de novos fazendeiros e grileiros, esses caipiras são expulsos de suas próprias terras ou aceitam o trabalho de meeiros ou terceiros. Esses novos latifundiários no Sudeste passam a plantar algodão,

tabaco e mais tarde café. Ocorre a importação de mão de obra europeia, e desta forma, o caipira se proletariza. A cultura caipira desaparece com o surgimento das novas formas de produção mercantil e se emprega como boia-fria, trabalhando por produção. Esses latifúndios com monoculturas permite uma grande expansão mercantil, tornando o Brasil um grande exportador do agronegócio, principalmente cafeeiro, e grande importador de bens industriais.

Inicialmente, utiliza-se de escravizados que chegam a ser importados aos milhares. Esses monocultores cafeeiros, diferente dos engenhos de açúcar, dominam todo o processo do plantio até a venda e se tornam hegemônicos, inclusive com o apoio da Coroa Imperial, que os tornam nobres com a aquisição de títulos, ao mesmo tempo em que sustentam o império.

Com a abolição da escravatura, a imigração europeia não ibérica ocupa o lugar do negro, iniciando-se uma forma de trabalho assalariada, já que recebiam um valor fixo, que poderia ser aumentado caso produzissem mais. Recebiam um pedaço de terra no qual plantavam para própria subsistência. Surge um proletariado nacional, ao mesmo tempo em que o preto ex-escravizado é empurrado para a marginalidade e para a subproletarização, também, no Sudeste.

Por outro lado, os fazendeiros, mesmo após o fim do império, continuam com apoio governamental, sendo deles as resoluções sobre a política, pois conseguiam fazer os presidentes e seus ministros. Mantiveram-se com poder de classe, incorporando o lucro e socializando as perdas, assim como destruindo florestas e deixando para trás solos desgastados, sem qualquer cuidado com o meio ambiente.

Essa classe de cafeicultores foi a responsável pelas maiores deformações da sociedade brasileira: “A principal delas decorre de sua permanente disputa com o Estado pela apropriação da renda nacional, da sua arraigada discriminação contra os negros escravos ou forros e contra os núcleos caipiras que lhe resistiam, bem como contra as massas pobres que cresciam nas cidades.” (Ribeiro, 2014, p. 353)

Levaram o país a um grande atraso, tanto no desenvolvimento, como na demora da abolição da escravidão, no fim do analfabetismo, no início da sindicalização, no cuidado da saúde da população, no assentamento de “sem terras”, etc.

O Estado permanecia do lado dos ricos e a eles servia. Ao mesmo tempo em que criava a imagem que este povo só não se desenvolvia, por ser mestiço ou negro. Por isso, houve incentivos para a imigração branca, não portuguesa, para “melhorar a raça”, o que em São Paulo levou a europeização dos hábitos.

Apesar de todos os problemas econômicos, os paulistas tiveram uma melhor alimentação, com rebanhos e plantações, o que viria a influir no seu desenvolvimento econômico, que mais tarde se expandiria para as Minas Gerais.

O Brasil ao Sul, apesar de ter inicialmente sido colonizado por espanhóis e portugueses, posteriormente, foi ocupado por mamelucos paulistas. A imigração açoriana, trazida pela Coroa portuguesa, para se contrapor a expansão espanhola, ocupou a faixa litorânea do Paraná. Os descendentes dos antigos gaúchos, miscigenação entre homens espanhóis e portugueses com mulheres Guarani, ocuparam as áreas pastoris de Santa Catarina e do Paraná, com a criação e exploração mercantil de gado, que foram deixados pelos jesuítas, e a posterior imigração europeia, não ibérica, que caracterizariam essa região do país, no futuro.

Com o início da charqueada e a intensificação do trabalho braçal, o preto escravizado é introduzido, também, ao Sul do país. Desta forma, sai o caudilho estancieiro e entra um sistema mercantil industrial com matadouros e frigoríficos. Após cercar as estâncias e a pacificação da região, se alarga a distância entre o patrão e o empregado, o gaúcho passa a comer pior e andar maltrapilho. Com os latifúndios, crescem também os gaúchos subempregados e diminui a oferta de mão de obra, e esses acabam indo para as cidades. Desta forma, o Rio Grande do Sul se urbaniza sem se industrializar, assim como exportou gaúchos para os estados vizinhos e para o Mato Grosso. Surgem os novos cultivos, por arrendamento pagável em dinheiro, soja, rizicultura e triticultura. Porém, com a mecanização da economia e o monopólio da terra, a massa da gauchada desempregada não diminui.

O Brasil, desde os seus primórdios, foi tratado como uma feitoria com o objetivo da exportação que beneficiava inicialmente seu colonizador, sem qualquer interesse por seu povo nativo ou os que aqui chegaram voluntariamente ou escravizados. Com a visão apenas de lucro e voltado para o comércio exterior, por ser mais rentável, a população só é necessária para manter a produção, para isso é mantida na maior penúria possível, com baixos salários, apenas com o intuito de subsistência. Enquanto isso, a prosperidade empresarial desde longínquos tempos, inicialmente com os reinóis e depois por mazombos, desenvolve-se sem grandes preocupações com a população miserável. Com a imigração de europeus, asiáticos e árabes, mesmo integrados ao país, olham para essa população com desprezo e preconceito, como se fossem culpados por seus destinos de intensa pobreza, acreditando que um dos componentes para o atraso seria o racial.

Para piorar o preconceito racial tivemos ajuda de alguns estudiosos, como Hermann von Ihering que sugeriu a extinção dos indígenas ou como Sérgio Buarque de Holanda que acreditava que a descendência lusitana nos caracterizaria como desleixados e ociosos, assim como faz parte do imaginário nacional, ao ponto de ser falado pelo ex-vice presidente do Brasil, Hamilton Mourão, quando diz que o país herdou “a indolência do índio e a malandragem do negro”. Porém, o que mais nos empurra para a miséria do “povo mestiço na carne e no espírito” é uma minoria exploradora dominante, que não aceita a mudança na ordenação social. (Ribeiro, 2014, p. 398)

Mais recentemente, surge uma nova polarização, entre partidos oligarcas e novas forças sociais que vem orientando o sertanejo de alguns de seus direitos, através do voto. Permite que esse

homem do campo tão resignado por seu destino comece a se inconformar. Porém, com o golpe cívico-militar de 1964, retornou ao poder as oligarquias latifundiárias.

Nos últimos trinta anos, os sulistas chegaram ao cerrado, e começaram a plantação e exportação de soja, deixando a mão de obra desnecessária, devido ao maquinário, mais uma vez desempregada.

4 – A CLASSE DOMINANTE BRASILEIRA E O MUNDO

O tráfico negreiro continuou a ser o comércio mais lucrativo no Brasil até 1850, quando data a instituição da Lei Eusébio de Queirós. Essa lei foi promulgada por interesse inglês, pois o trabalho escravo impedia que o Brasil se tornasse um grande mercado consumidor de produtos industrializados ingleses. Mesmo com maior dificuldade, o tráfico negreiro, após essa época continuou, e a escravização legal permaneceu até 1888, com a promulgação da Lei Áurea. Assim, o modo capitalista de produzir, permaneceu atrasado, ligado a um estatuto colonial do trabalho, no qual o trabalhador estava desamparado, segregado e sem liberdades ou direitos, refém de uma recente classe dominante nacional, uma verdadeira contradição em um país que gostaria de ser moderno.

O ideário liberal representava o progresso para a composição e conformidade do Estado recém-criado e de sua classe dominante. Porém, essa desconhece as necessidades dos trabalhadores e não tem “compromisso com as obrigações cognitiva e crítica do Liberalismo”. (Schwarz, 2000, p.38) Esse ideário liberal pregava o “trabalho livre, a liberdade de expressão, a igualdade perante a lei, etc., incompatíveis com as outras, em particular com a dominação pessoal direta”. (Schwarz, 2000, p.36) Esta inter-relação entre o colonial e o burguês, originou o nacionalismo brasileiro e ainda está presente na atualidade.

Com a nova divisão internacional do trabalho, as ex-colônias assumiram o papel de consumidoras de produtos manufaturados e provedoras de mercadorias tropicais, fundamentando o que Trotski¹⁰ identificava como o “desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo”, no qual o lucro era obtido através da repetição e da agudização dos modelos primários de submissão, e a nossa classe dominante era parte disto. (Trotski apud: SCHWARZ, 2000, p.39)

Raymundo Faoro e Roberto Schwarz tentam explicar o realismo de Machado de Assis através da literatura sociológica, utilizando-se dos livros: *Os donos do Poder* (que descreve a “formação do patronato político brasileiro”) e *A pirâmide e o trapézio* de Faoro. *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* de Schwarz. Esses quatro livros se interligam através

¹⁰ Leon Trotski ou Trotsky, nasceu como Liev Davidovich Bronstein foi um escritor, intelectual marxista e revolucionário bolchevique, organizador do Exército Vermelho e, após a morte de Lenin, rival de Stalin na disputa pela hegemonia do Partido Comunista da União Soviética.

desta citação de Trotski sobre o capitalismo. Numa sociedade pré-capitalista, como a brasileira, a emancipação das classes nunca ocorreu e a ambição do rico comerciante era penetrar na camada superior, com a finalidade de seu afdalgamento. Esse país atrasado tende a adaptar a sua cultura primitiva, com rebaixamento, o que absorve do exterior. Nestes países o capitalismo político (ou pré-capitalismo) sobrevive e incorpora o capitalismo moderno (de índole racional e industrial), mas não se torna moderno nem por via própria, nem por saltos, caracterizando um desenvolvimento combinado entre formas arcaicas e modernas. A modernização é travada, persiste o capitalismo antigo.

Segundo Faoro, a comunidade política comanda o país como seu negócio privado e a sociedade seria o súdito a ser explorado e manipulado. O domínio é o patrimonialismo, através do comércio, que se assenta no tradicionalismo, “assim é porque sempre foi”. Esse comércio se baseava na lavoura de exportação, que compreendia a fase de colonização, Reinado e República, assim como a indústria se sustentava no manufaturismo do Marquês de Pombal¹¹. Nos países desenvolvidos surge o capitalismo moderno no qual o súdito se transforma em cidadão com seu papel de soberano popular e o Estado, de senhor transfigura-se em servidor, dando autonomia ao homem livre, garantindo-lhe o direito natural e recebendo a alcunha de Estado burguês de direito. Esse seria o processo que combinado ao liberalismo levaria ao ideal utópico de futuro.

Para Schwarz o “favor” rege a vida ideológica do Brasil dos latifundiários e homens livres, não pertencendo ao centro da discussão nem a escravidão, nem a violência sempre presente. Os países subdesenvolvidos incorporam os sucessos materiais e ideológicos dos países desenvolvidos, fazendo com que seu desenvolvimento ocorra aos saltos, comprometendo o processo e misturando o capitalismo político ao capitalismo moderno, dos países adiantados. A elite financeira brasileira, escravista, encontrava-se totalmente distanciada das ideias do liberalismo europeu. Enquanto a exploração do trabalho, vigente na Europa, é encoberta falsamente pela ideologia da igualdade perante a lei e pelo liberalismo no trabalho, no Brasil a falsidade era outra, pois existia a necessidade do lucro e para isso a dependência do mercado externo, mas existia a escravidão instituída através da violência e da disciplina militar. A modernização continuada presente na Europa, não era necessária no Brasil, já que o trabalho era escravo, não especializado, sem hora para acabar, visando apenas o lucro, e sua produção não se destinava ao mercado interno, pois esse não tinha como comprá-la.

Para Faoro, na sua obra, Machado de Assis interpreta o Segundo Reinado, no qual viveu cinquenta anos, e a República, nos seus primeiros anos, interpondo análise histórica e conceito sociológico, o que tentamos refazer ao analisar a obra de Bueno. Descreve uma Sociedade Estamental

¹¹ Marquês de Pombal ou Sebastião José de Carvalho e Melo, foi representante do despotismo esclarecido em Portugal no século XVIII, proibiu a importação de escravos em Portugal em 1761, acabou com discriminação dos cristãos-novos, foi o renovador arquitetônico da cidade de Lisboa, após o terremoto de 1755 e foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias.

que paulatinamente é substituída por uma Sociedade de Classes, mas “a classe em ascensão coexiste com o estamento”, semelhante ao que Bueno demonstra em seu livro.

Faoro considera Machado sob duas faces: o realismo com aspectos moralistas. Sob os preconceitos moralistas vigentes, moldou as estruturas sociais a partir de sentimentos e paixões do indivíduo, punindo a ambição. A realidade de Machado é estilizada, utilizando-se da sociologia, mas sem se prender a entidades sociais ou econômicas.

A realidade brasileira de estrutura patrimonial, estamental, ao tentar modernizar-se, segundo Faoro, se caracteriza como paracapitalista e anticapitalista, confunde o público com o privado, transformando o patrimonialismo pessoal em estatal e “adota o mercantilismo como técnica de operação da economia”. Enquanto o feudalismo estilhaça-se totalmente com o surgimento do capitalismo, o patrimonialismo continua a existir por amoldar-se, “com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia”. (Faoro, 2001, p.871)

As ex-colônias tiveram a função de consumidoras de manufaturadas e fornecedoras de produtos tropicais, levando a inacreditável formação social brasileira, na qual a classe dominante gera lucro através da opressão das outras classes de homens livres, pois os escravos não entravam neste escopo. Para isso os latifundiários se utilizavam do “favor” como moeda de troca, junto a esses homens livres.

Para Faoro, o domínio tradicional se transforma no patrimonialismo dos fazendeiros, senhores de engenho e coronéis, que se apropriam dos bens públicos e privados, transformando o patrimonialismo pessoal em estatal, e adotando o mercantilismo.

O chefe de governo administra o estamento e regula as relações sociais, valorizando aqueles que o sustentam, para isso enganando a classe média e o proletariado, que se acreditam representados. Com a desaristocratização e burocratização, concentra-se no governante as esperanças de pobres e ricos, mas em realidade se submete aos burgueses, e aos seus representantes. Estes falam diretamente ao povo e não aos seus intermediários, utilizando-se para isso à mobilização das massas. Destes surgem o ditador social, que com algum pão e circo é reverenciado como o milagreiro que transforma pobres em ricos. No governo estamental o sistema político se caracteriza como autocracia autoritária e não totalitária, permitindo aos detentores do poder o seu monopólio, e ditando a população suas decisões na esfera política e com ordenamento jurídico. O povo pode não perceber essa autocracia autoritária, pois a soberania popular não existe, sendo um engodo, de acordo com a fórmula de Sieyès¹²: “a autoridade vem de cima, a confiança vem de baixo”.

¹² Emmanuel Joseph Sieyès: Foi um político, escritor, eclesiástico francês e o único nome importante da Revolução Francesa que morreu de velhice. Publicou, em 1788, Ensaio sobre os privilégios, criticando os privilégios hereditários da nobreza que era um fardo para a economia francesa e que desprezava as atividades empresariais. Em outra obra, O que é o terceiro estado?, Defendeu o término do clero e da nobreza.

Um estadunidense, não nomeado por Faoro, na década de 20, descreveu a classe abastada brasileira como:

Existe, porém, outra classe altamente articulada a que chamaremos ‘traidores do povo’. São letrados, capazes de compor frases sonoras. [...] Conhecem o conforto das moradias arejadas. Sabem muito mais a respeito do resto do mundo que de seu próprio país. O governo é a missão para a qual julgam ter nascidos. (Nash, 1950, p.444-445, apud Faoro, 2001, p. 881)

As forças armadas compõem um ramo do estamento condutor, com poder nos momentos de divisão no comando superior, como ocorreu em 1889, quando assegurou a unidade nacional e em 1930-37 quando ajudou a restaurar o poder do Estado para gerar a indústria e controlar as forças sociais. Em 1945 embaraçou a ajuda estrangeira e nas falácias dos generais contra e a favor do povo, em 1964 com a sua chegada ao poder após um golpe contra um governo constituído, e em 2016, quando ajudou a derrubar um governo legitimamente eleito. Permanecendo até os dias atuais como força para desestabilizar governos, oprimir população e manter seus privilégios.

Schwarz em seu livro, “Ao vencedor as batatas” descreve a escravidão como um fato “impolítico e abominável” que deixava o Brasil fora da ciência, das Luzes, do Progresso, da Humanidade que necessitava um Estado liberal e com trabalho livre. Porém, contrapondo Joaquim Nabuco, existiam os que afirmavam:

Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz. (Nabuco apud, Schwarz, 2000, p.8)

A escravidão era contrária às ideias liberais presentes na Europa, mas foi o monopólio da terra, pela colonização, que criou as três classes de brasileiros: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, que na verdade era o dependente do “favor”. Esse “homem livre” não era proprietário, nem proletário. O “favor” é o que lhe permitia acesso à vida social, mesmo no caso do exercício de sua profissão, como médicos ou advogados, originando um padrão para o país. O mesmo ocorre nas instituições, como a burocracia e justiça, que mantinham o seu clientelismo. O “favor” garantia aos dois interessados, principalmente ao mais fraco, que ambos eram “homens livres”, logo, superiores socialmente. Finalmente, as ideias liberais apesar de não praticadas, eram relevantes, por isso insistiam na falsidade.

O tráfico de negros para a escravização foi considerado crime no Direito Internacional, malvisto sob a lógica “religiosa, moral, política e econômica, privado dos antigos patrocínios governamentais, transformado num imenso comércio ilícito”, mas que continuaram acontecendo. O país iniciava sua formação através de promessas abolicionistas, para ser aceito internacionalmente,

“para inglês ver”, mas com a manutenção da escravidão, gerando questões morais e ideológicas peculiares. (Schwarz, 2000, p.39)

Essa ambiguidade entre o Brasil civilizado, progressista e culto e o Brasil escravocrata, não parecia incomodar a uma elite abonada, que poderia manter todos os seus privilégios, inclusive o da escravização de outros seres humanos, mas que impunha a essa classe, uma série de artifícios para justificar o injustificável, como no caso do discurso do parlamentar Bernardo Pereira de Vasconcelos¹³, 1843:

Sim, a civilização brasileira de lá veio, porque naquele continente veio o trabalhador robusto, o único que sob esse céu [...] poderia ter produzido, como produziu, as riquezas que proporcionaram a nossos pais recursos para mandar nossos filhos estudar em academias e universidades da Europa, ali adquirirem os conhecimentos de todos os ramos do saber, os princípios da Filosofia do Direito, em geral, e do Direito Público Constitucional, que impulsionaram e apressaram a Independência e presidiram à organização consagrada na Constituição e noutras leis orgânicas, ao mesmo tempo fortalecendo a liberdade. (Lima apud, Schwarz, 2000, p.42)

Desta forma, a infração vira norma, que era justificada, se transformando em um ciclo vicioso, pois o interesse das classes abastadas em manter a barbárie, lhes era conveniente.

O trabalho livre exercido por alguns, contava com a benevolência da classe privilegiada, o que levava a uma grande assimetria nestas relações, em função da inferioridade social e material, sem remorso ou culpa dos abonados, sem mérito dos desfavorecidos, o trabalho sendo desconsiderado quando feito pelos pobres, que eram mal pagos. Afinal, com a escravidão, o trabalho livre era desmoralizado, apesar de ser um dos pilares da burguesia, que entre nós, tinha pouco crédito. A dignificação do trabalho, caro ao capitalismo, estava ausente neste Brasil escravocrata, e o pobre olhado como um ser inferior que veio ao mundo para servir, reproduzia a ordem social.

A civilidade entre a classe abastada contrapõe-se a brutalidade contra negros e indígenas, de uma forma naturalizada. Falhas no caráter tem pouco valor, se os que as possuem, pertencem às classes favorecidas. Essas são exemplos, por natureza, pois o que será destacado são as qualidades e não os defeitos, ou melhor, falando, as qualidades que podem servir a terceiros. Isso talvez explique melhor o paradigma do progresso europeu em relação com a classe dominante brasileira, nas quais os grandes latifundiários mantinham-se arraigados ao escravismo. O indivíduo evoluído não deveria ter escravos, não deveria ser clientelista, não poderia utilizar da caridade para humilhar o vizinho ou

¹³ Bernardo Pereira de Vasconcelos: nasceu em Vila Rica, em 27 de agosto de 1795, segundo seu historiador Octávio Tarquínio de Sousa seria o “mais lúcido doutrinador do regime representativo no Brasil e um dos potentes construtores das instituições nacionais”. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e exerceu o cargo de deputado da Assembleia Geral de 1826 a 1838, quando assumiu cadeira no Senado do Império até sua morte.

para ser honrado com um retrato, fato que a nossa elite não conseguiu entender, apesar do verniz civilizatório.

Após o rompimento com Portugal, uma Independência consentida, o país não passou por uma mudança social, permanecendo o escravismo, o clientelismo, transformando os proprietários locais em classe dominante nacional e membros da burguesia internacional. Os relacionamentos coloniais permaneceram imutáveis na nação independente, em contradição aos novos paradigmas do individualismo liberal. Esta elite brasileira passa a gozar sem mudanças de seus privilégios, do mandonismo, da escravização, dos castigos físicos dos escravos, da religiosidade, e, ao mesmo tempo, de uma vida moderna. Portanto, é uma elite supremacista, escravista e modernista, e como tal, permanece.

Voltando à nossa literatura, percebemos que o caráter de Leocádio está na formação recebida do avô, traficante de escravizados e do pai malandro, que não passaram ao personagem educação para a moral ou razão. Aprendeu a conformar-se as regras da oligarquia, como o casamento, o desrespeito as leis, a presunção, os privilégios, a liberdade nas relações sexuais, sem prejuízo de vida familiar sólida, a reputação ilibada, e ao que hoje conhecemos como aporofobia, inclusive com retiradas frequentes dos direitos dos pobres. As duas vidas de Leocádio, com a esposa e o amante, mantinham as formalidades sociais, mesmo com um adultério longo. As mães e mulheres da época permaneciam restritas aos afazeres domésticos e relações familiares, desde que não fossem pobres, apesar de que algumas ultrapassavam este umbral, como no caso da Dona Maria Eustáquia, que a parte da civilização masculino cristã, se mostrava contra os costumes misóginos e patriarcais, mas era rica, e a essas tudo é consentido.

O pouco interesse pelo trabalho e o amor ao privilégio, seria uma característica marcante do personagem provinciano do cotidiano carioca, Leocádio, que convive com duplicidade de caráter entre o privado e o público, que sabe que a Lei existente, serve para ser solicitada e desrespeitada por seus legatários. Desta forma, o Brasil da classe dominante é caracterizado, através deste personagem, como fez Machado de Assis, com Brás Cubas.

Com as revoluções populares na Europa, a partir de 1848, a nação proprietária massacra a nação proletária, demonstrando, também na França, que a frase libertária, igualitária e fraterna era irreal, em todo o mundo.

No final, o nosso personagem literário mostra sua intensa frustração, com sua vida sem triunfos, apesar dos privilégios, sobre o formato da grotesca e cínica civilização brasileira contemporânea. Após a perda do amor e dos laços familiares, vemos um homem parvo a procura de tolos sentidos para sua vida, o que o leva de bar em bar, com promiscuidades múltiplas, de prazeres só confessáveis ao seu diário. Essa fase da vida do personagem faz lembrar a fase da vida do autor, Wilson Bueno, quando esteve no Rio de Janeiro, mesma cidade de seu personagem. Enquanto o

primeiro está próximo ao fim, seu inventor foge deste destino, retorna para sua cidade e retorna a vida de forma extremamente frutífera, com várias publicações.

O fim do escravismo, também, não transformou ex-escravos em cidadãos, pois a antiga relação entre proprietários e escravos, se manteve com pequenas alterações, até a contemporaneidade.

5 – O CAPITALISMO BRASILEIRO

O Capitalismo é um sistema econômico que tem como característica a acumulação do capital privado, livre concorrência, obtenção de lucro e o trabalho assalariado; e está dividido em quatro fases: Capitalismo Comercial ou Mercantil, que correspondeu ao pré-capitalismo, que esteve presente dos séculos XV até o XVIII; Capitalismo Industrial ou Industrialismo, século XVIII e XIX; Capitalismo Financeiro ou Monopolista, a partir do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão da globalização e da segunda revolução industrial; e o mundo está entrando na quarta fase do capitalismo, o Informacional ou Cognitivo.

Como já mencionado, o capitalismo surge para substituir o modelo feudalista, na Europa Ocidental, e apresenta duas classes em oposição: burguesia e proletariado.

Para Karl Marx era impossível pensar numa sociedade capitalista sem luta de classes, pois o acúmulo de capital pela burguesia criava um abismo entre estes e o proletariado. Mas pior que a burguesia industrial, seria a burguesia financeira. À vista disso, descrevia o reinado orleanista da França¹⁴ (1830-1848) como dominada pela aristocracia financeira, que tanto em seus métodos de acumulação quanto em seus prazeres, não era diferente do lumpem proletariado, com a diferença de ocupar as altas cúpulas da sociedade burguesa. Essa conseguia enriquecer, não através da produção, mas por surrupiar a riqueza alheia já existente.

Polanyi¹⁵, ao contrário, acreditava que esse componente parasitário era indispensável ao sistema capitalista. Com o seu refinamento houve o estímulo a todo tipo de aventuras coloniais e nacionalistas, e culminaram com as corridas armamentistas que vieram a desembocar na I Guerra Mundial.

Na visão de Florestan¹⁶, o capitalismo, na prática, está dissociado da democracia e fortemente ligado ao autoritarismo. Pois a democracia burguesa se limita aos membros das classes dominantes, que se impõe econômica, social e politicamente. Esta dominação nos países capitalistas periféricos

¹⁴ Os orleanistas foram um partido político francês que surgiu após a Revolução Francesa. Advém dos Orleães, ramo da Casa de Bourbon, por serem os líderes do grupo. Contrários ao poder divino dos reis anteriores, mas temendo a democracia, reinaram inspirando-se em monarquias constitucionais liberais.

¹⁵ Karl Paul Polanyi foi um filósofo, historiador, antropólogo, sociólogo e economista político húngaro nascido em 1886 e falecido em 1964

¹⁶ Florestan Fernandes: Patrono da sociologia brasileira.

ocorre através da burguesia nacional e da estrangeira, o que resulta na acumulação de fortunas em mãos de poucos, a exportação da produção econômica e a subvalorização do trabalhador assalariado.

No final dos anos 50, do século XX, aparece o termo, lumpen-burguesia, em textos de Ernest Germain, pseudônimo de Ernest Mandel¹⁷, fazendo referência à burguesia brasileira, que o escritor considera uma classe semicolonial, atrasada, não caracteristicamente burguesa, no sentido moderno e ocidental do termo.

Esse termo foi reutilizado por André Gunger Frank¹⁸, como algo que caracterizava as burguesias latino-americanas. A colonização colocou toda a América Latina sujeita a dependência econômica do sistema capitalista comercial mundial. As explicações poderiam vir da própria colonização que transplantou as instituições retrógradas do decadente feudalismo ibérico e dos católicos, considerados preguiçosos, vindo desses países, porém ambas as narrativas não se sustentam. Pois o sistema capitalista começou, justamente, a desenvolver-se na Itália, Espanha e Portugal católicos. A Península Ibérica possuiu um importante papel na formação do capitalismo, ao iniciar a sua expansão para fora da Europa.

Portugal nasceu de um pequeno feudo, em 1143, e depois travou uma guerra expansiva por mais de dois séculos, contra os muçulmanos ao sul e os espanhóis, ao leste. Só terminada com a assinatura de paz em 1432, que reconheceu a separação entre Portugal e Castela. Em 1500 o governo português conseguiu criar o sistema de títulos de dívida pública e só depois de 1540 essa espécie primitiva de “capitalismo de Estado¹⁹” foi transformando-se em um capitalismo privado de grandes companhias mercantis. Esse processo foi modificado em 1580 pela incorporação de Portugal ao império espanhol de Felipe II, e, depois, pela subordinação de Portugal à Holanda e Inglaterra a partir de 1640. Portugal foi o primeiro Estado Nacional com uma economia de mercado e de um capitalismo nacional incipiente, contradizendo o senso comum.

O paradoxo do desenvolvimento capitalista nas colônias:

[...] maior a riqueza a explorar, mais pobre e subdesenvolvida é a região hoje; e quanto mais pobre foi a colônia, mais rica e desenvolvida é a região hoje. A razão fundamental é uma só: o subdesenvolvimento é produto da exploração – da estrutura colonial e de classe baseada na ultraexploração – e o desenvolvimento se logrou onde esta estrutura de subdesenvolvimento não se implantou porque não foi possível fazê-lo. Todos os outros fatores são secundários ou derivados do fator fundamental do tipo de exploração, e isto vale também para o tipo de colonos que foram a diversas partes e para suas maneiras de comportar-se uma vez chegados ali. (Frank, 1973, p. 29)

¹⁷ Ernest Ezra Mandel foi um economista e político belga, considerado um dos mais importantes dirigentes trotskistas. Foi um Marxista antistalinista, estudioso das crises cíclicas. Nascido em 1923 e falecido em 1995.

¹⁸ André Gunger Frank foi um economista e sociólogo alemão, que ao lado de outros criou a Teoria da Dependência, nascido em 1929 e falecido em 2005

¹⁹ Capitalismo de Estado: nos países socialistas o Estado se transforma no principal proprietário ou nos países capitalistas com forte intervenção do Estado na economia.

A burguesia daí surgida utilizou-se de políticas governamentais e capital estrangeiro gerando subdesenvolvimento nos planos econômicos, sociais, culturais e políticos nestes novos países. A estrutura colonial visava a uma economia exploradora, exportadora de produtos primários e dependentes da metrópole, com restrição do seu mercado e do desenvolvimento interno. O aumento da riqueza de alguns proprietários de latifúndios leva ao domínio e proporcionavam privilégios que serviram de arma para absorver os pequenos proprietários, conduzindo ao crescimento da desigualdade econômica desde o período colonial, com a ampliação do número de desocupados, que se dirigiam às cidades, que se tornavam populosa e, conseqüentemente, com o surgimento de tensões. A comprovação histórica mostra que não coexistem grandes proprietários de terras ao lado de pequenos, assim como pequenas fábricas não conseguem sobreviver lado a lado com as grandes.

O modo de produção agrícola, mineral e comercial era, totalmente, dependente das oportunidades da comercialização exterior, em todos os países na América Latina.

O próprio movimento de independência das colônias Latino-americanas inicia-se com os interesses econômicos do livre comércio, dos setores produtores de matérias-primas, que se intensificaram com as guerras napoleônicas, e nos colocaram como o sócio de menor importância do capital estrangeiro.

Com a depressão econômica de 1929 e as Guerras Mundiais houve, conseqüentemente, maior dificuldade de exportação e importação Latino-americana, surgindo as condições da industrialização do Brasil, México e Argentina.

Tanto Mandel quanto Gunder Frank estabeleciam: “a diferença entre as burguesias centrais: estruturadas, imperialistas, tecnologicamente sofisticadas, e as burguesias periféricas, subdesenvolvidas, semicoloniais, caóticas, enfim: lumpen- burguesias (burguesias degradadas)”. (IELA, 2023)

Na Europa, o pensamento liberal foi à bandeira da burguesia industrial, já as lutas pela independência da América Latina foram travadas pelos senhores de terras, mineradores e comerciantes, contra os monopólios das metrópoles espanholas e portuguesas, e apesar de seguirem o pensamento liberal do século XVIII, que na Europa serviu para realizar a revolução democrática burguesa, na América Latina foi utilizada apenas para a independência política. Os argumentos da burguesia europeia contra o feudalismo foram adotados pela burguesia crioula para lutar contra a opressão das monarquias europeias. Essa “independência” fortaleceu mais os laços de dependência econômica em função do fortalecimento da economia exportadora e a estrutura do subdesenvolvimento. Esta foi a consequência da imposição da política de classes dos vencedores.

Como diria o chanceler britânico, Lord Canning²⁰: “A América espanhola é livre, e se não lidarmos mal com nossos assuntos, é inglesa.” Esse sonho inglês foi possível mais tardiamente, com ajuda dos estadunidenses, na pessoa do secretário de Estado e padre do pan-americanismo, James Blaine²¹, e da própria burguesia latino-americana. (Frank, 1973, p.61) François Guizot²² informaria na Câmara francesa:

Existem entre os grandes partidos dos Estados da América do Sul, o partido europeu e o partido americano. O europeu é menos numeroso, compreende os homens mais esclarecidos, os mais familiarizados com as ideias da civilização europeia. O outro partido, mais apegados ao solo, impregnado com ideias puramente americanas, é dos campos. Este partido desejou que a sociedade se desenvolva por si mesma, a seu modo, sem empréstimos, sem relações com a Europa...(Astesano,, apud, Frank, 1973, p.61)

Meio século ainda demoraria, para a imposição de qual política sairia vencedora, no caso, o da dependência europeia, ainda durante o século XIX.

O Paraguai foi o primeiro país a conseguir a independência e a seguir o modelo americano. Implantaram a educação primária e gratuita, quase eliminando o analfabetismo, construíram estrada de ferro com capital próprio e desenvolveram a indústria nacional, expropriaram os grandes latifúndios em benefício dos povos guaranis. Em resumo, tropeçaram com os interesses europeus, surgindo “motivos” para a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que dizimou seis sétimos da sua população masculina. Desta forma, o Paraguai se abriu a “civilização”. Essa seria uma versão da história, mas que mesmo em versões mais atuais, não é totalmente abandonada. (Frank, 1973, p. 62)

Com a Primeira Guerra as economias latino-americanas impulsionaram o desenvolvimento industrial, principalmente, com bens de consumo, visando o público interno. Ao término da guerra, apoiadas no poder financeiro, tecnológico e político, as corporações americanas e inglesas desnacionalizaram a indústria desses países.

No Brasil, a depressão econômica de 1929, terminou com o poderio dos cafeicultores. Sem a exportação de café o país perdeu divisas e resultou em uma crise econômica e política, bem retratado no conto de Monteiro Lobato, *Cidades Mortas*.

Quando houve a Revolução Burguesa dos anos 30, ascendeu ao poder uma classe industrial burguesa, e, também, uma região que não tinha poder político, o Rio Grande do Sul, de onde veio o novo presidente, Getúlio Vargas. Nesta época, os países Latino-americanos, incluindo o Brasil, começaram a produzir os bens de consumo que antes importavam. Porém, como não produziram

²⁰ George Canning: nasceu em 1770 e faleceu em 1827, foi secretário de estado e primeiro ministro do Reino Unido

²¹ James Blaine: nasceu em 1830 e faleceu em 1893, foi um político estadunidense filiado ao Partido Republicano, pelo Maine, e candidato a presidente da república em 1884.

²² François Guizot: nasceu em 1787 e faleceu em 1874. Historiador, orador e estadista francês.

suficientes equipamentos industriais, a consequência foi à importação do exterior, o que levou a substituição de uma importação por outra, com a manutenção da dependência estrangeira.

Após a Segunda Guerra Mundial, esta indústria nacional passa a exportar matéria-prima e bens de capital como insumo da fabricação nacional. Ao ponto da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) concluir que: “em resumo, a luz do estudo dos principais itens da amostra, pode concluir-se que não há nenhum verdadeiro processo de substituição com respeito a bens de capital em seu conjunto”, isso em um importante estudo “Auge e declínio da substituição de importações no Brasil”, de março de 1964. Anos mais tarde publicaram novo estudo que demonstrava o aprofundamento dessa dependência econômica de importação. O que conduziu, novamente, os países latino-americanos aos interesses dos mineradores e agro produtores e exportadores, financiados pelo Estado, com o intuito de gerar divisas que os países necessitam nos momentos mais difíceis. (Frank, 1973, p.94-95)

Essa era a política da estabilização da economia, preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na qual se aplicava a desvalorização da moeda, a diminuição dos salários mediante a inflação, a repressão das reivindicações populares e contra a democratização do acesso à terra. Em resumo, o Estado necessitava abandonar as políticas de concessões econômicas e sociais aos setores populares e substituí-las pelos interesses burgueses, tanto mineiro-agropecuários como industriais, que precisavam de altas divisas e baixos salários.

Em síntese, o caráter agrário do país sempre foi o preponderante, e esta sempre desestimulou a industrialização, que quando existia, apresentava dependência da importação de maquinário, ou mesmo, de indústrias estrangeiras. Essa burguesia sempre que alçou ao poder, advinha da condição de lumpen-burguesia, não aspirava nada que não fosse o lumpen-desenvolvimento, ou seja, eterna neo-dependência externa, ao neoimperialismo. (Frank, 1973, p. 98-110)

As empresas estrangeiras que aqui chegavam vinham graças a recursos da economia nacional brasileira, para construir suas fábricas, com equipamentos muitas vezes de segunda mão. Essa mesma burguesia que, contraditoriamente, apoiou tanto Getúlio Vargas, como Castelo Branco e Costa e Silva, sempre foram subjugadas ao imperialismo de sua época. Da mesma forma, as forças militares sempre tiveram poder político para programar políticas de subdesenvolvimento e dependência com relação ao imperialismo, contra seu povo. Também, os governos civis não conseguiram impor políticas que promettessem aprofundar as contradições econômicas, sociais e políticas que caracterizam o lumpen-desenvolvimento.

[...] as empresas estrangeiras vieram encorajadas em suas operações ultramarinas pela possibilidade de empregar equipamentos de segunda mão disponíveis a preços relativamente baixos, permitindo que o componente do equipamento de seu investimento saísse a um custo de investimento de capital baixo. Todas as empresas estrangeiras do setor (bens de capital) fizeram grande uso de equipamento usado que caso contrário teria sido descartado como

obsoleto em suas fábricas matrizes. (...) As empresas nacionais também tem feito grande uso de maquinaria dos países avançados e quase todo seus equipamentos são de segunda mão. (Frank, 1973, p. 111)

A América Latina, também, contribuiu para financiar o desenvolvimento estadunidense e de outros países industrializados, pois os investimentos privados têm significado maiores quantidades retiradas daqui e pagos para a amortização da dívida externa.

Os maquinários importados eram de baixa produção, o que equivale dizer:

Os latinoamericanos estão totalmente submetidos aos desejos e preferências das nações industriais avançadas. A América latina não pode decidir que tipo de maquinário deve ser instalado; toma o que lhe dão (...). Assim, cada centímetro de avanço industrial é, na verdade, um passo gigantesco para trás. (Fenster Apud FRANK, 1973, p. 118,)

Outro problema da produção industrial é que apesar de ter produzido e vendido mais, de 1925 até 1967, aumentando, conseqüentemente, o percentual no Produto Interno Bruto (PIB) da América latina, não houve o mesmo aumento percentual nas vagas de emprego, sendo desviados para os setores de construção, serviços, comércio e das finanças. Além, é claro, dos desocupados ou subempregados, o que equivalia na década de 60, a um quarto da população ativa. Nesta época já se previa um aumento do desemprego nas décadas seguintes, caso não se mudasse a estrutura neocolonial e de classes, responsável pela grande desigualdade na distribuição de renda, e da limitação do mercado interno.

A pobreza na América latina é devida ao permanente desemprego, subemprego e a baixa produtividade do emprego estrutural. No Brasil, que possui um terço da população da América latina, de 1955 até 1965, apresentou acréscimo da produtividade do trabalhador de 5,2% ao ano, enquanto os salários aumentaram 1,3% ao ano, o que levou ao crescimento da desigualdade, pois a burguesia ampliou desproporcionalmente seus ganhos em detrimento do trabalhador que perdeu renda. Para enfrentar essa crise, as burguesias locais se valeram da repressão militar de seu povo, e no plano econômico utilizaram do “modelo canadense de desenvolvimento”, como preconizou o ideólogo e ministro Roberto Campos.

[...] que consistia em uma consciente, planejada e total entrega a economia imperialista, na vã esperança que este permita a difusão do desenvolvimento desde a metrópole e sua assimilação pelas neocolônias latino americanas. (...) no plano sócio-ideológico (...) se completa com (...) a sociedade de consumo; e no plano político-ideológico como anti-castrocomunismo e na substituição das fronteiras nacionais pelas fronteiras ideológicas, como as batizaram os militares brasileiros que se dedicaram a defendê-las. (Frank, 1973, p.130)

Nos anos de 1960, 50% da população que possuía 13% da renda nacional, não podia comprar bens duráveis, 45% do restante, só investia 3% nesta compra, ficando para 5% a responsabilidade de

adquirir estes bens, o que tornava inviável, também, pelo lado do consumo, a nossa produção industrial.

No Brasil, em 1960, os mais ricos que correspondiam a 20% da população recebiam 63% da renda nacional, 5% destes recebiam 33% desta renda e 1% destes 17% desta renda. Em 2021, segundo o Relatório sobre as Desigualdades Mundiais, que integra a Escola de Economia de Paris, os 10% mais ricos no Brasil, ganham quase 59% da renda nacional total e o 1% mais rico, ganha 26,6% dos ganhos nacionais. A disparidade é ainda maior quando se avalia a fortuna patrimonial brasileira, quando 10% da população mais rica possuem quase 80% do patrimônio privado do país e o 1% dos ultras ricos ou super-ricos possuem 48,9% da riqueza nacional.

A reforma agrária tem sido rebaixada na lista de prioridades do desenvolvimento econômico na América Latina, e os grandes proprietários continuam a possuir o grosso da renda agrícola, e nesses latifúndios, até os dias atuais, se encontram pessoas vítimas de trabalho análogo à escravidão.” Uma investigação feita no Brasil, em 1957, mostrou que os trabalhadores agrícolas em 7 dos 8 estados agrícolas importantes investigados no estudo recebiam salários inferiores a um terço do salário-mínimo oficial, e se cobravam muito pelas suas moradias”. (Frank, 1973, p.135)

Esta reforma, por necessitar da expropriação de terras dos grandes proprietários rurais, sem necessidade de compensação monetária, não apresenta apoio nem destes, nem dos setores industriais, o que vemos constantemente na mídia, quando abominam o Movimento Sem Terra (MST) e idolatram o agronegócio, o “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”. Mesmo que esse agro mate (trabalho análogo a escravidão ou use veneno em demasia); desempregue (o maquinário dispensa mão de obra); exporte em detrimento ao consumidor interno, porque foca em algumas culturas específicas, não produzindo alimentos para o brasileiro; e pague poucos impostos. Mesmo quando sabemos que 70% dos alimentos consumidos no país vêm da agricultura familiar, ou seja, do pequeno agricultor, esse não tem prioridade.

As classes médias que são o motor social do desenvolvimento e cuja renda é proveniente das classes menos favorecidas, possui origem histórica nesta camada, mas almeja ascensão compactuando e desejando ser reconhecida pelas oligarquias. Devido a sua composição diversa e particularidades de seu comportamento, assegura certo papel na distribuição do poder. Composta por tecnocratas, e apoiada nos estratos populares, porém, aliada a lumpenburguesia latino-americana, essa é a classe média brasileira, pouco culta e sem consciência de seu estamento.

Frank no Congresso Cultural em Havana, em janeiro de 1968, declarou: “O inimigo imediato da liberdade nacional na América latina, taticamente é a sua própria burguesia (...) ainda assim que estrategicamente o inimigo principal inegavelmente seja o imperialismo”. (Frank, 1973, p. 154)

6 – CONCLUSÃO:

Com base na evolução histórica, econômica e social, o Brasil, não diferente do resto da América Latina, foi durante 300 anos colônia portuguesa, e como tal sujeita aos dissabores de uma colônia. Porém, passou após pelo jugo da Europa, como nova estrutura neocolonial do imperialismo, desta vez inglês, para mais recentemente, após a Segunda Guerra, se transformar em subordinada ao imperialismo estadunidense.

Por séculos foi uma economia mono exportadora explorada por uma burguesia satelizada atuando através do Estado, uma das “Repúblicas de bananas”²³. Essa economia colonizada era baseada em uma mercadoria altamente lucrativa, como a cana-de-açúcar e, depois, o café.

Inicialmente, os fidalgos portugueses utilizaram o trabalho escravo, indígena e subsequentemente o africano, para conseguir administrar suas grandes donatarias.

Posteriormente, seus descendentes continuaram a utilizar o trabalho escravo para manter seus latifúndios. Após a libertação dos escravizados, o trabalho assalariado foi realizado por novos imigrantes asiáticos e europeus, os árabes se estabeleceram no meio urbano brasileiro.

Os alemães são trazidos com financiamento do próprio latifundiário, com o custeio do seu transporte e manutenção até que começassem a trabalhar, o que gerou uma semiescavidão, o que foi logo rechaçado pelos governos europeus, dificultando a imigração. Isso foi resolvido com o financiamento estatal para os imigrantes.

O trabalho assalariado no Brasil, iniciado ainda durante a escravização, eram em ofícios de mestres, feitores, caixeiros, etc., que não ultrapassavam dois por cento da renda gerada nos latifúndios. Os proprietários de terras permaneciam com quase a totalidade da renda monetária, o que caracterizava grande concentração de rendimento nas mãos de poucos.

Com a Lei da terra, Lei no. 60, de 18 de setembro de 1850, as sesmarias e posses ocorridas até a instituição da lei foram legalizadas e após toda terra só podia ser adquirida através da compra, o que impediria aos trabalhadores livres ou imigrantes a adquirirem terras e com isso, mais facilmente, se submeteriam ao trabalho assalariado.

Em 1906, os grandes cafeicultores dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, se reuniram na cidade de Taubaté (SP) para estabelecer um convênio para que o Estado comprasse o excedente do café, que seria feito por empréstimos estrangeiros, e seriam cobertos por um novo imposto sobre cada saca de café.

²³ República das bananas: países, geralmente, latino-americanos pobres, politicamente instáveis, com governos corruptos, dependendo da exportação de monoculturas, necessitando de financiamento externo, plutocrata, com classes sociais estratificadas e grande desigualdade social, submisso a um país rico.

Desta forma, a burguesia brasileira nunca foi revolucionária como na França, sempre precisou do Estado, nunca foi liberal, pois necessitava do trabalho escravizado ou semi-escravizado, e sempre foi subordinada ao capital estrangeiro, com pouco interesse nacional.

A burguesia da América latina, e do Brasil em particular, possui uma mentalidade facilmente manipulável para favorecer o sistema capitalista imperial de cada época. Esses estados, pela subserviência ao império da vez, são conhecidos como lúmpen-estados.

Essas classes dominantes têm poder sobre a mídia, às forças armadas, sobre políticos (que elegem), sobre o sistema judiciário, e por isso facilmente escapam as leis, depositando seus rendimentos em paraísos fiscais²⁴ em *offshore company*²⁵. Promovem delinquências semelhantes aos outros criminosos, porém, são bilionários e são tratadas com diferente deferimento.

Quando vejo essa declaração em *Casa grande e senzala*, sobre o comportamento de escravizados em relação aos seus senhores, de como se rivalizavam entre conservadores e liberais, me faz recordar os dias atuais. Escravizados conservadores desejavam manter o “status quo”? Desejavam manter a escravidão? Provavelmente não. Os liberais não questionavam seus senhores? Afinal, se estes eram a favor da igualdade e liberdade, e defendiam os direitos individuais, por que tinham escravos? Talvez, ambos, apenas não entendessem exatamente o porquê da briga.

E os escravos sempre fiéis e valentes ao lado dos senhores. Brigando. Morrendo por eles. No tempo do Império, com a rivalidade entre os partidos, os negros das senzalas, tanto quanto os brancos das casas grandes, dividiam-se em ‘liberais’ e ‘conservadores’ e participavam de rixas eleitorais dos brancos, esfaqueando-se, navalhando-se e brigando a cacete. (Freyre, 2003, p. 426)

Isso me faz lembrar a grande propaganda da mídia ao defender as perdas de direitos trabalhistas e previdenciários, ou mesmo a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), o que levou multidões às ruas defendendo as perdas de seus próprios direitos, e inconscientemente agindo a favor dos direitos da lúmpen-burguesia, ou melhor, dos senhores modernos.

Em 2018, Jair Bolsonaro, pré-candidato a Presidência da República, declarou na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), para uma plateia de 300 empresários: “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e mais emprego do que todos os direitos e desemprego” o mesmo foi eleito e acabou com o Ministério do Trabalho, declarando: “Alguns números de ações trabalhistas já diminuíram pela metade, mas hoje em dia continua sendo muito difícil ser patrão no Brasil, não há dúvida.” No final de quatro anos tínhamos menos empregos, menos direitos e menor renda da população. Enquanto o aumento da riqueza dos bilionários foi de 30%, 90% da população

²⁴ Paraísos fiscais: locais onde a tributação é mais simples e muito mais barata. É comum que bancos e empresas financeiras invistam lá com o intuito de reduzir custos, com sigilo com a relação aos envolvidos.

²⁵ *Offshore*: Conhecidas como sociedade extraterritorial ou empresa extraterritorial, são empresas e contas bancárias abertas em territórios onde existe menor tributação.

teve uma redução da renda em 2% entre 2019 e 2021. Sendo que 55% da população brasileira, em dezembro de 2020, encontrava-se em situação de insegurança alimentar. (OXFAM, 2023)

A racionalidade da lumpen-burguesia, nunca aceitou a perda da lucratividade nos 523 anos de Brasil, sempre optou pelo golpe contra o povo e mais uma vez não foi diferente. Nos últimos anos, apoiando-se na mídia, transformou criminosos de colarinhos brancos em heróis nacionais, alienando de uma forma impensável a classe média e os pobres, cooptou as forças armadas a agirem para impedir qualquer insurgência, utilizaram o judiciário com *lawfare* (no qual o Direito é utilizado como arma) e mais uma vez os direitos do povo foram suprimidos.

Agora, a mídia encontra-se em polvorosa com as declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na China, que criticou o uso do dólar como moeda de referência para o comércio exterior e defendeu o uso de uma moeda única ou moedas utilizadas dos países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), para o comércio entre esses países.

Nossa evolução vai aos solavancos, aos pulos, quando parecemos que estamos evoluindo, mais um golpe nos estanca, retrocedemos e mais uma vez o culpado é esse povo mal educado, mal alimentado e que trabalha de sol a sol. Esse povo que canta, dança e sonha, mas um dia esse país dará certo, quando esse povo se levantar!

7- REFERÊNCIAS:

BUENO, W. **Amar-te a ti nem sei se com carícias**. [Curitiba]: Planeta, 2004.

ENGELS, F., Marx, K. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ENGELS, F. **O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia**. São Paulo: Boitempo., 2021.

FAORO, R. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001. A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento. p. 865-887

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48.ed. Recife: Global Editora, 2003.

FRANK, A. G. **Lumpenburguesia: Lumpendesarrollo Dependencia, clase Y política em Latinoamérica.** Buenos Aires: Ediciones Periferia S.R.L., 1973.

MANFREDINI, L. **A pulsão pela escrita.** Curitiba: Ipê Amarelo Editora, 2020.

NASH, R. **A conquista do Brasil.** 2.ed. São Paulo, Cia.Ed. Nacional, 1950, p.444-445

ORIGEM e apogeu nas lumpen burguesias latino americanas. **IELA, UFSC**, 31 de mar de 2023. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/origem-e-apogeu-das-lumpen-burguesias-latino-americanas/> Acesso em: 31 mar. 2023

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 1.ed. digital. São Paulo Ed. Companhia das Letras, 2014.

SCHWARZ, R. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo, Machado de Assis.** Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34Ltda, 2000.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas.** Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34Ltda, 2000. p. 7-31

SOUZA, J. **A elite do atraso. Da escravidão a Lava Jato.** Rio de Janeiro: Ed. Ieya, 2017.

UM-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro- segundos. **OXFAM**, Brasil, 16 de abr de 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/> Acesso em: 16 abr. 2023

WAIZBORT, L. **A passagem do três ao um.** São Paulo: Cosac Naify, 2007. p.11- 84

